



Principal Instituição Financeira de fomento do Governo Federal na Região Amazônica, tem como missão promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio da execução de políticas públicas e oferta de produtos e serviços financeiros.

O Banco da Amazônia S.A. reconhece seu papel no resgate da importância da Região para o desenvolvimento de sua gente e contribuição para um país melhor, mais justo e equânime.

Na qualidade de Agente Financeiro para a implementação das políticas creditícias para a Região, o que norteia nossos relacionamentos é a busca do bem-estar de todos que compõem a comunidade em que atuamos.

Apresentarmos-nos a essa comunidade implica estabelecer e divulgar padrões que orientam nossas ações, ora expressas em nosso Código de Ética.

MISSÃO

Desenvolver uma Amazônia Sustentável com crédito e soluções eficazes.

VISÃO

Ser o principal Banco de fomento da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e resultados sólidos.

VALORES

- Integridade – Ética e Transparência;
- Meritocracia;
- Desenvolvimento Sustentável;
- Valorização do cliente;
- Decisões técnicas e colegiadas;
- Eficiência e inovação;
- Comprometimento com o resultado e a gestão de riscos.

CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética do Banco da Amazônia contém padrões baseados nos princípios da legalidade, probidade, impessoalidade e transparência, bem como, pelo respeito ao ser humano, presentes na Constituição Federal, no Código de Ética Profissional

do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e o Código de Conduta da Alta Administração Federal.

RELAÇÃO COM SEUS FORNECEDORES, PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS PARCEIROS

O Banco da Amazônia pauta seus relacionamentos com os fornecedores e prestadores de serviços orientado pelo compartilhamento dos padrões morais e éticos e com base na valorização de iniciativas sociais e ambientalmente responsáveis.

A seleção de fornecedores e prestadores de serviços é realizada com imparcialidade, transparência e preservação da qualidade e viabilidade econômica dos serviços prestados e dos produtos fornecidos, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos.

O Banco da Amazônia, quando da contratação das empresas e seus empregados, respeita os princípios e os valores éticos fundamentais, a exemplo da honestidade, da cooperação, da disciplina, do compromisso, da confiança, da transparência, da igualdade e do respeito mútuo nas relações de trabalho.

ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO E ÀS NORMAS

O Banco da Amazônia exige e cumpre, em seu processo de contratação de bens e serviços, incluindo obras e serviços de engenharia, o atendimento à legislação vigente no País, em especial a Lei nº. 10.520/2002 – Lei do Pregão e Decreto Federal nº 10.024, de 20.09.2019, Lei Complementar nº. 123/2006 – Estatuto da ME e EPP, Lei nº 13.303/2016 – Lei de Responsabilidade das Estatais e seu Decreto Regulamentador, Decreto Federal nº 8.945/2016, dentre outras.

O Banco da Amazônia também veda a participação de empresas que estejam sob pena de interdição de direitos previstos na Lei 9.605/1998 (Leis de Crimes Ambientais) em suas licitações.

PACTO PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Em cumprimento do disposto legal, veda-se nos processos licitatórios a participação de empresas que mantenham em seus quadros trabalhadores em condições análogas à de escravo.

Ademais, o Banco explicita em cláusula específica, nos contratos com fornecedores, Termo de Parceria, Acordos, Convênios e demais instrumentos contratuais, o combate ao trabalho em condições análogas à de escravo.

Assim, não é permitida a contratação ou manutenção de contratos com fornecedores que tenham sido autuados por manterem trabalhadores em condições análogas à de escravidão.

PACTO PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O Banco da Amazônia observa os direitos fundamentais no trabalho definidos pelas convenções e declarações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e outras leis, normas e resoluções contra o trabalho infantil.

II

COMBATE À CORRUPÇÃO EM TODAS AS SUAS FORMAS

Na realização de seus negócios, o Banco da Amazônia observa os princípios éticos organizacionais consubstanciados em seu Código de Conduta Ética, Estatuto Social, normas e regulamentos internos da área de Gestão de Pessoas e legislação aplicável.

PLANOS DE APLICAÇÃO DE RECURSO

Os Planos de Aplicação de Recursos elaborados pelo Banco da Amazônia representam importantes ferramentas estratégicas na condução da política de crédito da Instituição e são concebidos em alinhamento com as políticas e programas do Governo Federal para a Amazônia e prioridade nos nove Estados da Região Amazônica.

A finalidade precípua dos Planos de Aplicação é a de orientar a atuação do Banco da Amazônia na Região, visando o alcance da máxima eficiência na alocação dos recursos sob sua gestão e, assim, cumprir com o nobre papel institucional de promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, contribuindo para a inclusão social, a redução da pobreza, a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a minimização das desigualdades inter e intrarregionais.

ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO BANCO DA AMAZÔNIA

Nos editais e minutas de contratos em geral, o Banco da Amazônia preza pelo atendimento da legislação que recomenda a adoção de critérios de sustentabilidade nas especificações dos bens a serem fornecidos e a exigência de práticas sustentáveis por parte das empresas contratadas na execução dos serviços, mormente o Decreto nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI nº 1/2010, e demais dispositivos legais pertinentes à matéria. Destarte, desde que justificável e preservado o caráter competitivo do certame, as licitações promovidas pelo Banco seguem as diretrizes de sustentabilidade expressas no art. 4º daquele Decreto, a saber:

- menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

- origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Como consequência, nos instrumentos convocatórios que tenham por objeto o fornecimento de bens, por exemplo, constatada a presença dos requisitos referentes à justificativa e à competitividade referidos no parágrafo anterior, são incluídos critérios de sustentabilidade, os quais passam a integrar as especificações técnicas dos bens.

III

No que se refere aos contratos, dentre as obrigações gerais do contrato consta exigência da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, de modo a prevenir ações danosas ao meio ambiente, em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais, contribuindo para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Adicionalmente, também é obrigação do contratado orientar e capacitar os prestadores de serviços, fornecendo informações necessárias para a perfeita execução dos serviços, incluindo noções de responsabilidade socioambiental.

Além da adoção dos critérios e práticas de sustentabilidade já mencionados, outros podem ser adotados conforme a natureza do objeto. Neste caso, as exigências e/ou obrigações referentes aos critérios e práticas de sustentabilidade são amoldadas às peculiaridades de cada objeto.

Diretoria de Gestão de Recursos e Portfólio de Produtos e Serviços - DIREP
Gerência Executiva de Patrimônio, Logística, Contratações e Gestão de Contratos - GEPAC
Coordenadoria de Processos Licitatórios - COPOL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039

O Banco da Amazônia S.A., de ora em diante denominado simplesmente Banco, em conformidade com a autorização contida no Processo Administrativo **GEPAC-COCOM nº 2022/195** torna público que realizará Pregão Eletrônico, de nº **2022/039**, com critério de julgamento de **menor preço global anual**, o qual reger-se-á pelo disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia S/A, doravante denominado **REGULAMENTO**, de 28 de fevereiro de 2018, instituído pelo Resolução nº 1/CA, de 26 de janeiro de 2018 e pela Lei nº 13.303, de 30.06.2016 e pelo Decreto nº 8.945, de 27.12.2016 com observância no que couber às disposições da Lei nº 12.846, de agosto de 2013; do Decreto nº 9.507/18 de 21.09.2018, do Decreto nº 3.722, de 09.01.2001; da Lei nº 10.520, de 17.07.2002; do Decreto nº 4.485, de 25.11.2002; do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006; da Lei Complementar nº 147, de 07.08.2014; da Lei Complementar 155/16 e Decreto Nº 8.538/2015 e suas respectivas alterações, cujo objeto é contratação de empresa especializada, conforme objeto descrito no **ITEM 1 - DO OBJETO**, nos termos e especificações técnicas deste Edital e seus Anexos que o integram para todos os efeitos.

Constituem anexos deste Edital e dele são partes integrantes os seguintes documentos:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA	fls.43 a 77
ANEXO I-A	PLANILHA DE PREÇOS	fls.78 a 82
ANEXO I-B	DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE DÉBITOS JUNTO A À CCEE	fls.83
ANEXO I-C	MINUTA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO	fls.84
ANEXO I-D	CONDIÇÕES COMERCIAIS DO OBJETO	fls.85 e 86
ANEXO I-E	TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE E SIGILO	fls.87 e 88
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	fls.89 e 90
ANEXO III	MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E COMUNICAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE	fls.91
ANEXO IV	MINUTA DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	fls.92
ANEXO V	MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA	fls.93
ANEXO VI	MINUTA DA DECLARAÇÃO EXIGIDA NO SUBITEM 11.6.3.3 DO EDITAL	fls.94
ANEXO VII	MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO TEOR DO DECRETO Nº 7.203, DE 04.06.2010	fls.95
ANEXO VIII	MINUTA DE DECLARAÇÃO CONFORME Art. 38 da Lei 13.303/2016	fls.96
ANEXO IX	MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO TEOR DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI 8.429/1992) E A LEI 12.846/2013 E SEUS REGULAMENTOS EM CONJUNTO COM A LEI ANTICORRUPÇÃO.	fls.97
ANEXO X	MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL	fls.98 114
ANEXO XI	MATRIZ DE RISCO	fls.115

As propostas serão abertas no **dia 08.08.2022**, às **09h30**. O início da sessão de disputa de preços ocorrerá na mesma data às **10h00**.

O critério de julgamento adotado será o **menor preço global anual**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

As consultas relativas a esta licitação poderão ser feitas pelo e-mail licitacoes@basa.com.br. As consultas deverão informar o número desta licitação.

Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília (DF), nos termos do art. 53, do Decreto nº 10.024, de 20.09.2019.

Este pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, e conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) pelo(a) Gerência de Patrimônio, Logística, Contratações e Gestão de Contratos (GEPAC), por meio da **Ordem de Serviço (OS) nº 2022/050** que cuidará do seu processamento e julgamento.

Para participar deste Pregão Eletrônico ou simplesmente acompanhá-lo, o interessado deverá acessar a página de licitações do Banco da Amazônia, na internet, através do endereço <http://www.bancoamazonia.com.br>, item “**Licitações**”, onde se encontra o link para o sistema de licitações eletrônicas. Será utilizado no procedimento o Sistema Eletrônico COMPRASNET do Portal de Compras do Governo Federal: <http://www.compras.gov.br> “**Comprasnet SIASG179007**”.

A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando do(a) Pregoeiro(a) com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do(a) Pregoeiro(a) em sentido contrário.

1 DO OBJETO

- 1.1** Contratação de empresa **Comercializadora Varejista**, contemplando fornecimento de ENERGIA ELÉTRICA a ser disponibilizada pela CONTRATADA à CONTRATANTE no centro de gravidade do submercado de entrega Norte, e representação na Modalidade Varejista junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pelo período de 45 (quarenta e cinco) meses para o Ed. Sede do Banco da Amazônia S/A, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital.
- 1.2** A energia deverá ser proveniente de fontes incentivadas com direito a redução de até 100% (cem por cento) nas tarifas de uso do sistema de distribuição (parcela TUSD - DEMANDA). A escolha da fonte incentivada 50%, deve-se ao fato, desta ser a fonte que apresenta o melhor resultado financeiro para o Banco.
- 1.3** Deverão ser inclusos na proposta os valores relativos à realização de reuniões (com empregados do BANCO DA AMAZONIA S/A, fornecedores, concessionárias, consultores, que o Banco entender por necessárias), apresentações, dentre outras atividades, tantas quantas forem julgadas necessárias à execução dos trabalhos, assim como fazer a modelagem na CCEE dentro do cronograma proposto.
- 1.4** Os interessados deverão considerar na composição dos preços os custos inerentes a operação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, tais como: despesas mensais com encargo de energia de reserva – EER, encargo de segurança do sistema- ESS, taxa de mensalidade na CCEE, tributos, penalidade por insuficiência de lastro de potência, bem como os demais custos que compõe a operação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, assim como a Representação na CCEE pela CONTRATADA;
- 1.5** O local da prestação de serviços será no endereço do Ed. Sede, situado na Av. Presidente Vargas, 800 – Campina, nesta cidade de Belém/PA, sendo o ponto de entrega de Energia O Submercado Norte.

2 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

2.1 DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

2.1.1 A data para o início do processo necessário para o início da operação no Ambiente de Contratação Livre, se dará a partir da Ordem de Serviço da representação na CCEE. O início do serviço de fornecimento da energia contratada será às 00:00 horas do dia 01/04/2023, com término às 24:00 horas do dia 31/12/2026.

2.1.2 Vigência contratual: 60 (sessenta) meses.

2.1.3 Prazo de execução: a partir da assinatura do contrato até 31/12/2026.

2.1.4 Prazo de fornecimento: de 01/04/2023 a 31/12/2026.

2.2 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.2.1 O instrumento contratual terá vigência de **60 meses**, a partir da assinatura do contrato.

2.2.2 O prazo de execução será de 01/04/2023 a 31/12/2026.

2.2.3 O período de fornecimento de energia elétrica será de **45 meses**.

2.2.4 Algumas datas importantes:

2.2.4.1 01/09/2022 – limite para denúncia do contrato com a EQUATORIAL PARÁ;

2.2.4.2 01/04/2023 – migração para o ACL do Ed. Sede do Banco da Amazônia S/A com o início do fornecimento pela empresa Comercializadora Varejista;

2.2.4.3 31/12/2026 – término da execução do contrato.

2.2.4.4 60 (sessenta) meses da assinatura do contrato – término da vigência do contrato.

3 DO ORÇAMENTO

3.1 Os recursos para dar cobertura à contratação decorrente desta licitação estão previstos na rubrica de despesa “81.105-0 – Despesas de Energia”, do Banco da Amazônia nos exercícios 2022 a 2025.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.2 Não poderão participar desta licitação as empresas que:

4.2.1 Estejam impedidas de participar de licitações promovidas pelo Banco;

4.2.2 Possuam entre seus dirigentes, gerentes, sócios detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, responsáveis e técnicos que sejam dirigente ou empregado do Banco na data da publicação do Edital;

4.2.2.1 se a empresa não se enquadrar no impedimento do **subitem 4.2.2** deverá apresentar declaração na forma do **ANEXO III** deste Edital;

4.2.3 Estejam constituídas sob forma de consórcio;

4.2.4 Estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação;

4.2.5 Tenham sido consideradas como inidôneas, por órgão, entidade ou sociedade integrante da Administração Pública, direta e indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.6 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.6.1 as penalidades dos subitens **4.2.5** e **4.2.6** impostas à matriz se estendem às filiais e vice-versa.

5 DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

5.1 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet no COMPRASNET.

5.2 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.3 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.compras.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

5.4 A chave de identificação e a senha terão validade de 1 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco da Amazônia ou do COMPRASNET, devidamente justificada.

5.5 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.6 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6.1 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da

licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.8 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.8.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

5.9 Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, e para que possam usufruir do tratamento diferenciado previsto no Capítulo V da referida lei, é necessário, à época do credenciamento, e cadastramento da proposta, a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte”, documento imprescindível para habilitação.

5.9.1 As declarações referidas no item anterior servirão como comprovação do enquadramento da licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso, as quais declararão, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte”, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca;(se for o caso);

6.1.3 Fabricante; (se for o caso);

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Licitante.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 6.5** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90(noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6** O licitante deverá declarar, para o item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.
- 6.7** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.8** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 DA PARTICIPAÇÃO

- 7.1** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 7.2** A participação na licitação se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta comercial, exclusivamente por meio do sistema eletrônico **ComprasnetSIASG- 179007**, observados data e horário limite estabelecidos no sítio www.compras.gov.br.
- 7.3** O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus Anexos. A licitante é responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.4** O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação. A licitante declarará no sistema, antes de registrar a sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.
- 7.5** O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando e assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.
- 7.6** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 7.7** Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de

negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.8 A licitante deverá comunicar imediatamente ao Ministério da Economia (órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.9 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

7.9.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

7.9.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

7.9.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

7.9.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

7.9.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências edilícias;

7.9.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.9.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.9.6 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.9.7 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

7.9.8 Caso o licitante deixe de assinalar algum dos campos acima referente as declarações, deverá anexar a referida declaração junto com os documentos de habilitação no sistema.

8 DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO ATO CONVOCATÓRIO

- 8.1** Os pedidos de esclarecimentos relativos a este Edital e seus Anexos serão recebidos em até 3(três) dias antes da realização da sessão, ou seja, **até as 18h00 do dia 03.08.2022**.
- 8.2** Os pedidos de esclarecimento encaminhados após as 17h serão apreciados no próximo dia útil.
- 8.3** Serão considerados intempestivos os pedidos de esclarecimentos encaminhados após as 17h do terceiro dia útil que anteceder a abertura das propostas.
- 8.4** As impugnações serão recebidas em até 3(três) dias antes da realização da sessão, ou seja, **até as 18h00 do dia 03.08.2022**, nos termos do artigo 24 do Decreto nº 10.024, de 20.09.2019.
- 8.5** Serão consideradas intempestivas as impugnações apresentadas **após as 17h** do segundo dia útil que anteceder a abertura das propostas.
- 8.6** As impugnações encaminhadas **após as 17h** serão apreciados no próximo dia útil.
- 8.7** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 8.8** Tanto os pedidos de esclarecimentos como as impugnações deverão ser apresentadas por escrito ao(à) Pregoeiro(a), mediante requerimento dos interessados, através do email: licitacoes@basa.com.br.
- 8.9** O documento deve estar, obrigatoriamente, em formato passível de cópia (Pdf editável, Word, Libreoffice, etc), permitindo a transferência/colagem de seu conteúdo para o sítio do Comprasgovernamentais.
- 8.10** Os esclarecimentos e impugnações serão decididos e respondidos pelo(a) Pregoeiro(a) no prazo de 48 (quarenta e oito) horas (2 dias úteis) e devidamente publicados no sítio do Comprasgovernamentais até a abertura da sessão pública, para ciência de todos os licitantes.
- 8.11** Caso a impugnação não seja respondida ou publicada em tempo hábil no sistema eletrônico ou no site do Banco, a sessão será suspensa e será agendada uma nova data.

9 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 9.2** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 9.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

- 9.4** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 9.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.6** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 9.7** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 9.8** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 9.9** O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Banco da Amazônia ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas e ele, para orientar sua análise e decisão.

10 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 10.1** A partir do horário previsto neste Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, pela internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando (o)a Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade dessas propostas.
- 10.2** Até a abertura da sessão, os participantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada ou os documentos de habilitação.
- 10.3** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, podendo desclassificar desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 10.4** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
- 10.5** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 10.6** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.7** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 10.8** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- 10.9** Como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.
- 10.10** As licitantes também deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, e que não se encontram alcançadas por quaisquer das hipóteses previstas no § 4º, do art. 3º, da LC nº 123/2006.
- 10.11** A mera declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 10.12** O Banco, considerando o teor do Acórdão TCU nº 298/2011-Plenário, adotará procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do exercício anterior e/ou outros demonstrativos contábeis/documentos que julgue necessários, apresentados na forma da Lei, além de se realizar as pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamento da Administração Pública Federal, deve ser solicitado à licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de sua declaração de qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de usufruto dos benefícios da referida lei, a fim de subsidiar a verificação do atendimento, pelas licitantes, às exigências da no artigo 3º da LC nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.
- 10.13** Também serão aceitas a DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital-ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital-SPED).
- 10.14** A confirmação acerca do atendimento, pelas licitantes, da condição de ME ou EPP também poderá ser realizada por meio da disponibilização de Documentos Fiscais Oficiais, tais como a Declaração do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional, devidamente transmitida à Receita Federal do Brasil, desde que os dados permitam identificar as informações acerca do faturamento bruto do exercício em análise.
- 10.15** Para fins de definição do “último exercício social” da DRE a ser exigida, será considerado, na data de abertura da sessão pública, o prazo legal fixado pelo Código Civil, art. 1.078, qual seja, o dia 30/04/2017.
- 10.16** Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, quando então os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

11 DOS LANCES

- 11.1** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo cada licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

- 11.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 11.2.1** O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 11.3** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 11.4** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$-300,00 (trezentos reais)**.
- 11.5** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 11.6** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 11.7** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 11.8** Prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 11.9** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 11.10** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 11.11** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 11.12** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 11.13** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.14** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 11.15** Durante o transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 11.16** Os lances serão ofertados individualmente por Item pelo critério do Menor Preço Global por item.

- 11.16.1** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 11.17** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 11.18** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 11.19** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 11.20** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 11.21** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 11.22** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 11.23** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 11.24** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 11.25** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 11.26** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele que, assegure a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

- 11.26.1** no país;
- 11.26.2** por empresas brasileiras;
- 11.26.3** por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 11.27** por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 11.28** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 11.29** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 11.29.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.29.2** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 11.30** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 11.31** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 11.32** Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso publicado no sistema Comprasgovernamentais.

12 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1** A proposta comercial final do licitante declarado vencedor com o preço atualizado em conformidade com o último lance ofertado e eventuais negociações, bem como documentos complementares, deverão ser enviados através do módulo de **ENVIO DE ANEXOS** do Comprasgovernamentais, no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico
- 12.2** O módulo **ENVIO DE ANEXOS** estará disponível aos licitantes no prazo máximo de **2 (duas)** horas, contadas da convocação do(a) Pregoeiro(a) no sistema Comprasgovernamentais.

12.3 Ao término do prazo o(a) Pregoeiro(a) encerrará o módulo **ENVIO DE ANEXOS**, não sendo possível incluir ou substituir mais nenhum anexo.

12.4 Em casos excepcionais, devidamente justificado no sistema COMPRASGOVERNAMENTAIS pelo(a) Pregoeiro(a) e dentro do prazo acima estabelecido, a Proposta de Preços e demais documentos complementares poderão ser remetidos para o endereço de e-mail licitacoes@bancoamazonia.com.br ou outro endereço informado pelo Pregoeiro, devendo a(s) licitante(s), em momento posterior a ser definido pelo(a) Pregoeiro(a), encaminhar através do módulo do sistema de **ENVIO DE ANEXOS** a mesma documentação, de forma que esta seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição das demais licitantes para análise e verificação de sua conformidade.

12.5 A licitante convocada, que no prazo do **item 11.2**, não encaminhar a documentação complementar solicitada no prazo estipulado ou não justificar, terá sua proposta **RECUSADA** do certame, dada a impossibilidade de verificação da exequibilidade de seus lances e de sua conformidade com este Edital e com a legislação que rege o objeto do certame.

13 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

13.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

13.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

13.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que após a fase de negociações apresentar preço final superior ao preço estimado, conforme determina o artigo 56, inciso IV da Lei 13.303/16 ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 horas (duas), sob pena de não aceitação da proposta.

13.6 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

- 13.7** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 13.8** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar realize o teste de conformidade, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e de acordo com os prazos estabelecidos.
- 13.9** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 13.10** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 13.11** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 13.12** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 13.13** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 13.13.1** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 13.13.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 13.14** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 13.15** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 13.16** A proposta apresentada e os lances formulados deverão indicar o **menor preço global anual** do serviço do objeto da licitação e conter planilha que discrimine todos os custos envolvidos.
- 13.17** O julgamento da proposta será feito pelo critério do **menor preço global anual**, conforme especificações no Termo de Referência (**ANEXO I**), deste Edital, levando-se em conta o estimado para o Valor Total do Item.

- 13.18** A proposta encaminhada pelo licitante deverá estar discriminada por completo, e entregue o orçamento completo através da planilha sintética, conforme modelo do **ANEXO II**, não podendo existir valor global maior ou inexequível ao valor estimado na cotação de preços, observando os valores estimados neste Edital.
- 13.19** Poderão ser admitidos preços unitários superiores àqueles estabelecidos no orçamento estimado da licitação, desde que não sejam dos itens materialmente relevantes das propostas, podendo ainda ser solicitado a licitante que ajuste os valores unitários que estejam acima dos valores estimados.
- 13.20** Serão considerados itens materialmente relevantes aqueles de maior impacto no valor total da proposta e que, somados representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou que sejam considerados essenciais à funcionalidade da obra ou do serviço de engenharia;
- 13.21** Como o critério utilizado é de menor preço Global, a contratada deve arcar com eventuais erros ou omissões na quantificação dos itens de serviço, não tendo direito a aditivos contratuais sobre as quantidades no caso de subestimativa dos quantitativos por erro detectável durante o aludido processo licitatório.
- 13.22** O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Banco que comporão ou não a equipe de apoio do Pregão ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua análise e decisão.
- 13.23** A apresentação da(s) proposta(s) implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 13.24** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 13.25** **A Proposta de Preços deverá conter:**
- 13.25.1** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
 - 13.25.2** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
 - 13.25.3** Número de Pregão, data e hora da abertura da sessão pública;
 - 13.25.4** Razão Social e CNPJ da Pessoa Jurídica;
 - 13.25.5** Nome, CPF, RG e cargo empresarial do proponente ou representante legal;
 - 13.25.6** Endereço da sede e domicílio completo, endereço eletrônico e telefone para contato;
 - 13.25.7** Número do Lote/Item e descrição detalhada do objeto conforme Termo de Referência - **ANEXO I** deste Edital.
 - 13.25.7.1** a descrição detalhada do objeto deve especificar quantitativos, características da execução do serviço e/ou do objeto fornecido, marca, indicação exata do intervalo de medida e/ou de capacidade

do objeto se houver, e outras especificações necessárias do objeto licitado, bem como as exigidas do Termo de Referência - **ANEXO I** deste Edital;

13.25.7.2 a planilha de requisitos técnicos deverá ser anexada junto com a proposta comercial via comprasnet.

13.25.8 Preço Unitário, Total e Global da proposta, compatíveis com os preços praticados no mercado - tendo como parâmetro os valores estimados, de lance e negociações realizadas no sítio do Comprasgovernamentais, observado o Edital, e entregar o orçamento completo contendo os preços unitário e global de acordo com o modelo do **ANEXO II**, deste Edital.

13.25.9 Prazo de Garantia dos serviços, conforme Termo de Referência-**ANEXO I** deste Edital.

13.25.10 Prazo de validade da proposta não inferior a **90 (noventa) dias corridos**, constados da data da solicitação pelo(a) Pregoeiro(a).

13.26A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.27 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

13.27.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.28A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.29A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.30As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.31A proposta apresentada e os lances formulados incluem todas e quaisquer despesas necessárias para o perfeito fornecimento do objeto desta licitação, tais como tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes. O Banco não aceitará cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o seu objeto. na forma da lei. Na hipótese de redução de alíquota após a apresentação da proposta, a mesma será devidamente considerada por ocasião do pagamento. Em nenhuma hipótese o Banco aceitará arcar com responsabilidade solidária relativa a qualquer despesa não expressamente discriminada no contrato. Deverá ser considerada a quando da formulação da proposta, portanto, a legislação pertinente vigente nos Estados aos quais os equipamentos se destinam.

13.32 Serão recusadas as propostas que:

13.32.1 Não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos;

13.32.2 Sejam omissas;

13.32.3 Apresentem defeitos capazes de dificultar o seu julgamento ou irregularidades;

13.32.4 Contenha preços incompatíveis com os praticados no mercado, com os custos estimados para a execução do objeto deste Pregão Eletrônico e com as disponibilidades orçamentárias do Banco;

13.32.5 Não restar comprovado sua exequibilidade.

13.33 O(A) Pregoeiro(a) analisará a exequibilidade da proposta apresentada pelos licitantes.

13.34 O(A) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de classificação e habilitação.

13.35 Será desclassificada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem aos equipamentos e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.36 O(A) pregoeiro(a) poderá, caso julgue necessário, realizar diligências sobre a composição dos preços unitários propostos.

13.37 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.38 Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante detentor da proposta mais vantajosa para o Lote/Item será declarado vencedor.

14 DA HABILITAÇÃO

14.1 Aceita a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar sua condição de habilitação na forma determinada neste Edital e como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1 SICAF;

14.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

14.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 14.3** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 14.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 14.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 14.4** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 14.5** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 14.6** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 14.7** O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 14.8** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 14.9** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 14.10** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 14.11** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 14.12** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 14.13** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 14.14** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 14.15** Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada no **item 14**, o(a) Pregoeiro(a) poderá por outros meios solicitar ao licitante que envie a documentação necessária.
- 14.16** Caso a documentação da licitante não esteja contemplada no SICAF, a mesma deverá ser enviada de acordo com os itens 14,15,16,17, e 18, sob pena de desclassificação.
- 14.17** Ressalvado o disposto no item **8.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

15 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 15.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.1** Em se tratando de microempreendedor individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 15.2** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada-EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 15.3** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 15.4** No caso de sociedade simples inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 15.5** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 15.6** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 15.7** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

15.8 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 15.8.1** Comprovante de inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda. O comprovante deve ser apresentado na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30.05.2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

- 15.8.2** prova de inscrição da empresa no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo à sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste pregão eletrônico;
- 15.8.3** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 15.8.4** prova de regularidade para com a Fazenda Estadual mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos estaduais e à dívida ativa do Estado, ou de não contribuinte relativa ao ICMS;
- 15.8.5** prova de regularidade para com a Fazenda Municipal mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos municipais e à dívida ativa do Município, ou de não contribuinte relativa ao ISS;
- 15.8.6** caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 15.8.7** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 15.8.8** prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 15.8.9** caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

15.9 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 15.9.1** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 15.9.2** balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 15.9.3** no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 15.9.4** entenda-se por "na forma da lei":

15.9.4.1 quando S/A: balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, conforme o caput do art. 289 e o § 5º da Lei nº 6.404/1976;

15.9.4.2 quando outra forma societária: balanço acompanhado de cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, conforme art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/1969, autenticados pelo órgão competente de Registro do Comércio, ou Termo de Opção, se a empresa for optante pelo regime de tributação do Imposto de Renda com base no lucro presumido.

15.9.4.3 sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

15.9.5 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou

15.9.6 empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

15.9.7 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

15.9.8 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

15.9.9 a comprovação da boa situação financeira da licitante será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado maior do que 1 (um), em todos os índices aqui mencionados:

$$\begin{aligned} & \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = & \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \\ \text{SG} = & \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Circulante}} \\ \text{LC} = & \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

15.9.10 os índices de que trata o **subitem 15.6.1** serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

15.9.11 a licitante que apresentar qualquer dos índices relativos à boa situação financeira igual ou menor que 1,00 (um) deverá comprovar possuir **Patrimônio Líquido ou Capital Social**, igual ou superior a 10% do valor estimado. A comprovação será feita mediante a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor.

16 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO FORNECEDOR

16.1 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos (de acordo com os itens 10.8; 10.9 e 10.10 do anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017):

16.1.1 Apresentação de atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, ou seja, “comercialização de energia elétrica no ambiente de Contratação Livre (ACL) na modalidade varejista”.

16.2 Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) que comprove(m):

16.2.1 Ser agente da CCEE;

16.2.2 Comercialização de energia elétrica no ambiente de Contratação Livre (ACL) na modalidade varejista;

16.2.3 Modelagem das Cargas no Sistema de Contabilização e Liquidação (CliqCCEE).

16.3 Assessoria na gestão dos contratos de energia e representação na CCEE de ao menos 01 (uma) Unidade Consumidora inserida no ACL, contemplando, no mínimo, as atividades:

16.3.1 Representação de agente público ou privado na CCEE;

16.3.2 Comprovação de movimentação (gestão/consultoria) média mensal de energia igual ou superior a 0,1 MW-médio (25% do estimado para o projeto piloto da CONTRATANTE) por período de 12 meses consecutivos, sendo de portfólio próprio ou de terceiros;

16.4 Apresentar Certidão de Adimplemento junto à CCEE dentro da validade:

16.4.1 O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.

17 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

17.1 As declarações complementares abaixo deverão ser anexadas no comprasnet, na forma descrita no **subitem 12.1** deste Edital:

- 17.1.1** Declaração de inexistência em seu quadro de empregado do Banco como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, representante comercial ou procurador, conforme minuta constante do **ANEXO VI**, deste Edital;
- 17.1.2** Declaração de que tem conhecimento do teor do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal, conforme minuta constante do **ANEXO VII** deste Edital;
- 17.1.3** Declaração de que atende o art. 38 da Lei nº 13.303/2016. **ANEXO VIII** deste Edital;
- 17.1.4** Declaração de conhecimento do teor da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/13 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) **ANEXO IX**, deste Edital;
- 17.2** a licitante que alegar estar desobrigada da apresentação de qualquer um dos documentos acima exigidos na fase de habilitação deverá comprovar essa condição por meio de certificados expedidos por órgão competente ou legislação em vigor;
- 17.3** a não apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste Edital no momento do cadastramento da proposta, implicará a desclassificação da licitante e a aplicação das penalidades previstas no **item 29** deste Edital;
- 17.4** no caso de a licitante ser empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, os quais deverão ser remetidos e anexados, via anexo, conforme **item 11**, no prazo estabelecido pelo(a) pregoeiro(a), com posterior encaminhamento do original no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à realização do final da sessão pública, quando convocado.

18 DO JULGAMENTO

- 18.1** O julgamento desta licitação será feito pelo critério de **menor preço global anual**, observadas todas as demais condições deste Edital, na formada Lei.
- 18.2** Como critério de desempate será assegurado preferência de contratação para as ME e EPP, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, alterada pela Lei complementar nº147, de 07.08.2014.
- 18.2.1** A identificação do participante como ME ou EPP deverá ser feita na forma do **subitem 6.10.1** deste Edital.
- 18.3** Entenda-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME ou EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço.
- 18.4** Para efeito do disposto no **subitem 10.24** deste Edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- 18.4.1** A ME ou EPP melhor classificada poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito, apresentar proposta de preço inferior à primeira classificada, situação em que passará à condição de primeira classificada do certame;
- 18.4.2** não ocorrendo interesse da ME ou EPP na forma do subitem a, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do **subitem 10.24** deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- 18.4.3** no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no **subitem 10.24** deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- 18.5** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 6.10.1 deste Edital, voltará à condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.
- 18.6** O disposto nos subitens 6.10.1 e 10.24 somente se aplicarão quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

19 DO RECURSO

- 19.1** Declarado o vencedor, e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o(a) Pregoeiro(a) abrirá o prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, registrando a síntese de suas razões.
- a) Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 19.2** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 19.3** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 19.4** Realizado o juízo de admissibilidade pelo(a) Pregoeiro(a) e, aceita a Intenção de Recurso, a recorrente deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema Comprasgovernamentais, no prazo de 03 (três) dias corridos, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra razões, também via sistema, em igual prazo que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 19.5** Os recursos serão dirigidos ao(à) Pregoeiro(a) que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, caso contrário, em igual prazo, encaminhá-los à apreciação da Autoridade Superior, devidamente informados, para decisão.

- 19.6** Encerrada a etapa de lances, as participantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para interposição de recurso.
- 19.7** A participante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso naquele momento.
- 19.8** A falta de manifestação da participante quanto à intenção de recorrer, na forma e prazo estabelecidos nos subitens anteriores, importará decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto à participante declarada vencedora sendo submetido o presente procedimento à Autoridade Superior, para homologação.
- 19.9** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 19.10** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante declarada vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 19.11** Em não havendo recurso, o(a) Pregoeiro(a) fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora e colocará o processo à disposição da autoridade competente, para homologação.
- 19.12** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada às interessadas na
GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO, LOGÍSTICA, CONTRATAÇÕES E GESTÃO DE
CONTRATOS (GEPAC), no 2º andar, bloco B, do edifício-sede do Banco, situado na
Avenida Presidente Vargas, nº 800, Bairro da Campina, em Belém-PA, nos dias úteis,
no horário das 08h00 às 17h00 (horário local).

20 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

20.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

- 20.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 20.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 20.1.3** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 20.1.4** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (chat), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20.1.5 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

21 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

21.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

22 DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

22.1 O valor total estimado da contratação para esta licitação será mantido sob sigilo até o fim da fase de lances, conforme prevê o art. 34 da Lei 13.303/2016 e acórdão TCU nº 2.080/2012-Plenário, publicado no DOU de 14/08/2012.

22.2 Os valores cadastrados na licitação no portal www.compras.gov.br, corresponde a um valor simbólico dos quais constam todas as especificações e quantidades previstas no **ANEXO I e II** deste Edital.

22.3 O Banco não aceitará proposta que esteja acima do valor máximo admitido para a contratação autorizado pela alçada competente.

23 DA CONTRATAÇÃO

23.1 Depois de homologado o resultado desta licitação, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da divulgação da homologação, para apresentar ao Banco todos os documentos exigidos na licitação, devidamente atualizados, se o prazo de validade daqueles apresentados para habilitação já houver expirado.

23.2 Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocada outra licitante para assiná-la, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, na forma da legislação vigente.

23.3 O contrato a ser firmado com a licitante vencedora será formalizada de acordo com a minuta constante do **ANEXO X** deste Edital, regulada pelas cláusulas nela especificadas

e as disposições legais e regulamentares concernentes, sendo complementada nas omissões pela proposta apresentada, que a integra, para todos os efeitos legais e conhecimento das partes.

23.3.1 no caso de a licitante vencedora recusar-se injustificadamente a assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da sua efetiva e documentalmente comprovada convocação, as demais licitantes serão chamadas a fazê-lo, na ordem de classificação;

23.3.2 a existência de preços registrados não obriga o Banco a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a

aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igual condição.

23.4 Caso a licitante vencedora seja ME ou EPP, constituída na forma das Leis Complementares nºs 123, de 14.12.2006 e 147, de 07.08.2014, e do Decreto nº 8.538, de 06.10.2015, a comprovação da regularidade fiscal será condição indispensável para a assinatura do contrato.

23.5 O Banco poderá considerar dissolvido o contrato, de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se a detentora:

23.5.1 deixar de fornecer o objeto no prazo estipulado ou infringir qualquer disposição contratada;

23.5.2 tiver decretada sua falência, dissolver-se ou extinguir-se;

23.5.3 recusar-se a receber ou executar qualquer solicitação ou instrução para melhor execução do fornecimento;

23.5.4 atrasar, injustificadamente, o fornecimento;

23.5.5 cometer faltas durante o fornecimento do objeto do contrato;

23.5.6 promover a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique o fornecimento do objeto do contrato.

24 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

24.1 Constituem obrigações da **CONTRATADA** além de outras previstas neste Edital as constantes do **item 3.10 do ANEXO I** (Termo de Referência) e da **CLÁUSULA NONA**, do contrato (**ANEXO X**), deste Edital.

24.2 Constituem obrigações do **CONTRATANTE** além de outras previstas neste Edital as constantes do **item 3.9 ANEXO I** (Termo de Referência) e da **CLÁUSULA DÉCIMA** da minuta do contrato (**ANEXO X**), deste Edital.

25 DO PAGAMENTO

25.1 Os serviços serão executados e devidamente pagos, desde que estejam em conformidade com as condições do Termo de Referência e edital, considerando os valores da proposta comercial final da Contratada, de acordo com cada etapa do processo.

25.2 O pagamento da energia elétrica consumida será realizado mensalmente em conformidade com a quantidade da energia mensal faturável, de acordo com o item 3.8.2 do ANEXO I, deste edital.

25.3 A CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal referente a energia consumida de cada unidade consumidora até o 3º dia útil subsequente ao mês de suprimento.

25.4 Parágrafo Primeiro - A nota fiscal/fatura deverá conter:

- 25.4.1** o número do Contrato, o objeto contratual e o mês do fornecimento/execução do objeto;
- 25.4.2** a agência e o número da conta corrente;
- 25.4.3** conter a identificação da(s) dependência(s)/Unidade(s) Consumidora(s) (prefixo, nome e endereço), assim como o(s) respectivo(s) valor(es) proporcional(is).
- 25.5** O CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante crédito em conta corrente, até o 11º dia útil do mês subsequente ao mês de suprimento.
- 25.6** Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura, esta será devolvida à CONTRATADA em, no máximo, 3 (três) dias úteis a contar da apresentação, acompanhada das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções. Neste caso, o CONTRATANTE terá o prazo de até 3(três) dias úteis, a contar da data da reapresentação do documento, para efetuar o pagamento.
- 25.7** Todos e quaisquer salários e tributos, sejam impostos, taxas ou contribuições civis e fiscais e/ou encargos trabalhistas, licenças, emolumentos, inclusive, mas sem se limitar a, ISSQN, COFINS e PIS, seguros, honorários, lucros, custos diretos e indiretos, despesas financeiras, operacionais e administrativas, mão-de-obra direta e indireta, serviços auxiliares, transportes, alimentação, viagens, hospedagens, materiais, componentes, ferramentas, equipamentos, despesas de telecomunicação, incidentes, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, e já estão incluídos no valor da contratação, pelo que nenhum outro pagamento, reembolso ou compensação, de qualquer natureza, será devido à CONTRATADA e/ou a eventuais subcontratados e fornecedores, em razão da execução dos serviços, além da remuneração prevista.
- 25.8** Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura e/ou em qualquer documento necessário ao pagamento, ainda que tenha havido ACEITE do fornecimento, a documentação será devolvida à CONTRATADA, em no máximo 2 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação, acompanhada das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções

26 REAJUSTE DOS PREÇOS

- 26.1** O reajuste será procedido para cada valor contratado (parcelas, garantia contratual, saldos de parcelas) aplicado às parcelas contratualmente vincendas e vencidas e representará a quantia que deverá ser acrescida ou deduzida daquelas importâncias em consequência da variação do índice de preços definido.
- 26.2** As condições gerais para reajustamento de preços são as disciplinadas no Regulamento de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia e Lei nº 13.303/2016, bem como na “Norma para Reajuste de Preços de Contratos”, contida no Decreto no 1.054, de 07.02.94, com as alterações introduzidas pelo Decreto no 1.110, de 13.04.94, valendose da fórmula prevista no “caput” do art. 5º daquele decreto.
- 26.3** O índice de preços inicial (Io) será correspondente ao do mês da apresentação da PROPOSTA.

26.4 O reajuste de preços terá periodicidade anual, a contar da data limite para apresentação da proposta que deu origem ao contrato, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

26.5 O disposto nesta cláusula não impede a eventual concessão de reequilíbrio contratual, na forma do § 6º do art. 81 da Lei 13.303/16.

27 DA GARANTIA APRESENTADA PELO CONTRATANTE

27.1 Considerando pesquisa de Mercado realizada pelo HCPA, dados os riscos assumidos pelo Fornecedor de Energia na modalidade varejista, é de praxe no Mercado de Energia a exigência de Garantia do Comprador, de forma que, para não frustrar o Edital, tal condição está prevista em Contrato, conforme itens abaixo:

27.1.1 Para garantir o fiel cumprimento das obrigações previstas neste Contrato o CONTRATANTE deverá constituir garantia anual, em valor correspondente a 3 (três) vezes o faturamento médio mensal para o período de validade da garantia, o qual é obtido multiplicando-se por 3 (três) o produto da Energia Contratada média para o ano que está sendo garantido pelo Preço de Venda estimado para o mesmo período, acrescido do ICMS apenas quando este for destacado nas NF-e emitidas pela CONTRATADA.

27.1.2 A critério do CONTRATANTE, a garantia poderá ser será apresentada por uma das seguintes formas: a) Caução em Dinheiro; b) Carta de Fiança Bancária, e, c) através de uma Apólice de Seguro Garantia, cujos modelos devem ser previamente enviados à CONTRATADA.

27.1.3 A Fiança Bancária será sempre emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central a funcionar no País, que tenha Patrimônio Líquido Mínimo de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

27.1.4 A garantia deverá ser apresentada em até 15 (quinze) dias antes da data de início do Período de Suprimento, podendo ser substituída durante a vigência deste contrato. A apresentação da Garantia poderá ser postergada por até 30 (trinta) dias, sendo que neste período o registro da energia ocorrerá na Modalidade Registro Contra Pagamento, sendo que o pagamento deve ser feito impreterivelmente até o vencimento.

27.1.5 Sempre que a garantia for por Carta de Fiança Bancária, Caução ou apólice de seguro garantia e tiver sido executada, é responsabilidade da CONTRATANTE recompor o seu valor em até dez (dez) dias úteis a contar da data da execução, mediante aditamento da garantia em vigor ou emissão de nova garantia, de modo que o valor volte a corresponder ao valor definido no “caput” desta cláusula.

27.1.6 O não cumprimento por parte da CONTRANTANTE de quaisquer de suas obrigações previstas nesta cláusula implica o envio por parte da CONTRATADA de notificação de inadimplemento, estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para a sanar a inadimplência. Transcorrido este prazo sem que a tenha sanado o inadimplemento, poderá a CONTRATADA rescindir este Contrato.

28 ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DOS SERVIÇOS

- 28.1** A comercialização (compra e venda) de energia elétrica será realizada por intermédio de uma comercializadora varejista.
- 28.2** Objeto não contempla serviços relativos à adaptação da infraestrutura de medição das unidades consumidoras (UC) para o fornecimento de energia elétrica no ACL.
- 28.3** A energia elétrica a ser fornecida pela CONTRATADA ao CONTRATANTE deverá ser proveniente dos empreendimentos de geração exclusivamente de fonte incentivada.
- 28.4** As cargas de energia elétrica poderão ser alteradas em função dos contratos de demanda Ambiente de Contratação Regulada - ACR, desde que acordado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.
- 28.5** O cronograma de migração será elaborado após a contratação em conjunto com a CONTRATADA no prazo de até 30 dias após assinatura do contrato.
- 28.6** O cronograma poderá sofrer alterações em função de atrasos no processo de migrações perante as distribuidoras/concessionárias ou a critérios do CONTRATANTE, observando os procedimentos determinados pela CCEE.
- 28.7** A entrega será no Centro de Gravidade do Submercado Norte, e suprirá a unidade consumidora livre especial do BANCO DA AMAZÔNIA – Edifício Sede, em Belém- PA, cujo endereço e demais informações técnicas encontrar-se-ão adiante. O fornecimento de energia elétrica está dividido em 5 períodos, nos montantes e condições descritas a seguir:

28.7.1-OS PERÍODOS DE REPRESENTAÇÃO DA CONTRATADA JUNTO À CCEE

Período Único		
Representação na CCEE como empresa comercializadora varejista para a UC migrada		
Período de representação	Início (até 30 dias da assinatura do contrato)	Término
	-	24:00 de 31/12/2026

Período 1		
Representação na CCEE referente ao fornecimento da UC migrada		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/04/2023	24:00 de 31/12/2023

Período 2		
Representação na CCEE referente ao fornecimento da UC migrada		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2024	24:00 de 31/12/2024

Período 3		
Representação na CCEE referente ao fornecimento da UC migrada		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2025	24:00 de 31/12/2025

Período 4		
Representação na CCEE referente ao fornecimento da UC migrada		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2026	24:00 de 31/12/2026

29 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo, o Banco poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações previstas no Edital e na minuta do contrato, aplicar as penalidades previstas nas Leis nº 13.330, 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Banco pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

29.1.1 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

29.1.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da contratação, pela inexecução total do ajuste;

29.1.3 - Multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), calculado sobre o valor da respectiva fatura inadimplida, quando houver atraso na entrega dos serviços enquanto perdurar o inadimplemento;

29.1.4 Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso no fornecimento da energia elétrica ou de descumprimento das demais cláusulas contratuais, de acordo com critérios de razoabilidade e proporcionalidade, até no máximo de 10% (dez por cento), calculados sobre o valor de cada item, parcela ou saldo do contrato em atraso, salvo condições especiais expressos no Contrato.

29.1.4.1 Multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas seguintes situações:

- i.** Inexecução total ou parcial do contrato; **ii.** Apresentação de documentos falsos ou falsificados; **iii.** Reincidência de execução insatisfatória do contrato; **iv.** Atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços ou do fornecimento;

v. Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa; vi. Irregularidades que ensejem a rescisão contratual;

vii. Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

viii. Prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do contrato;

ix. Prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o Banco da Amazônia S/A.;

x. Inadimplemento, por parte da CONTRATADA, de obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas aos seus empregados;

xi. Descumprimento das obrigações deste Contrato, especialmente aquelas relativas às características dos serviços, previstas no Documento nº 1 deste Contrato.

29.1.4.2 Em caso de reincidência, o valor da multa estipulada no subitem anterior será elevado em 1% (um por cento) a cada reincidência, até o limite de 20% (trinta por cento) do valor do contrato.

29.1.4.3 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

29.1.4.4 As multas de mora e demais multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o total das multas limitados ao valor global atualizado deste instrumento.

29.1.4.5 A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

29.1.4.6 A CONTRATADA desde logo autoriza o CONTRATANTE a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

29.1.5 Ocorrências distintas, porém, simultâneas, implicam em aplicação de multas acumulativas.

29.1.6 Caso seja observado a ocorrência do disposto nos itens acima, a empresa será penalizada com a glosa do pagamento devido no mês de ocorrência da falta, que será definida como “falta grave”;

29.2 O atraso na entrega dos serviços superior a 15 (quinze) dias consecutivos já poderá ensejar, a exclusivo critério do Banco, a rescisão do Contrato.

- 29.3** A rescisão do contrato provocada pela CONTRATADA implicará, de pleno direito, a cobrança pelo Banco de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total contratado.
- 29.4** Nenhuma penalidade será aplicada pelo Banco sem o devido processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 29.5** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança, facultada a defesa prévia, não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.
- 29.6** O valor das multas apurado, após o processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos ao Banco.
- 29.7** Inexistindo pagamento devido ao Banco, ou sendo este insuficiente, caberá à parte contrária efetuar o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data da comunicação de confirmação da multa, em depósito em conta corrente própria em nome do Banco.
- 29.8** Em não se realizando o pagamento nos termos definidos no **item 8.7 (ANEXO I)**, farse-á a sua cobrança judicialmente.
- 29.9** Ainda, a inexecução total ou parcial do contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Banco da Amazônia, além das sanções previstas em Lei, também as seguintes penalidades:
- 29.9.1** Advertência por escrito, a critério do Banco da Amazônia, quando a Contratada praticar irregularidades na entrega que não prejudiquem a aceitação do objeto no PC – Pedido de Compra.
- 29.9.2** No caso de rescisão do contrato em decorrência do seu descumprimento pela Contratada, será devido a esta, sem prejuízo de indenizações por danos causados, a diferença entre o preço contratado e o que o Banco da Amazônia vier a pagar a outro fornecedor.

30 DAS VEDAÇÕES

- 30.1** O contrato firmado entre o Banco e a detentora não poderá ser no todo ou em parte objeto de cessão ou transferência.
- 30.2** É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Pregão Eletrônico.
- 30.3** A detentora não poderá, salvo se estiver expressamente autorizada pelo Banco:
- 30.3.1** veicular em publicidade o fato de prestar serviços ao Banco ou qualquer outra informação acerca das suas atividades e programas;
- 30.3.2** utilizar o contrato como garantia perante terceiros ou cessão dos direitos creditícios em operações de desconto bancário;
- 30.4** Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal, também é vedado à detentora utilizar, durante toda a vigência do contrato, mão de obra de cônjuge, companheiro ou

parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3º (terceiro) grau, de empregado do Banco que exerça cargo em comissão ou função de confiança.

30.4.1 para os fins do disposto no **subitem 30.4**, a pessoa jurídica participante deste pregão eletrônico deverá, por meio do seu representante legal, declarar em papel timbrado da empresa, que tem conhecimento do teor do citado decreto e que não utilizará no fornecimento do objeto contratados mão de obra enquadrada na vedação.

31 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

31.1 A vigência do Contrato será de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura.

32 DA FISCALIZAÇÃO E DO GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

32.1 A Fiscalização da entrega do material objeto da licitação será realizada pela GEREN/COPEN, Gerência Executiva de Engenharia do Banco da Amazônia, através de Fiscal de Contrato a ser definido pela Administração da Unidade.

32.2 O gerenciamento do cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência será realizado pela GEPAC/COGEC, Gerência Executiva de Patrimônio e Gestão de Contratos do Banco da Amazônia, através de Fiscal de Contrato a ser definido pela Administração da Unidade.

32.3 A ausência ou omissão da fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas neste contrato.

33 DA RESCISÃO CONTRATUAL

33.1 A rescisão deste contrato poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

33.1.1 Administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, em caso de inexecução injustificada do objeto, total ou parcial, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato;

33.1.2 Amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do CONTRATANTE, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;

33.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação.

33.2 Constituem motivos, dentre outros, para a rescisão contratual:

33.2.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

33.2.2 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

33.2.3 O atraso do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço no prazo estipulado;

33.2.4 O atraso injustificado no início do serviço;

- 33.2.5** A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 33.2.6** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- 33.2.7** O desatendimento das determinações regulares do CONTRATANTE, decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;
- 33.2.8** O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto;
- 33.2.9** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 33.2.10** A recuperação judicial, dissolução da sociedade, liquidação judicial ou extrajudicial ou o falecimento do contratado;
- 33.2.11** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- 33.2.12** Razões de interesse do CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo a que se refere o contrato;
- 33.2.13** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- 33.3** A rescisão também poderá ocorrer, quando a CONTRATADA:
- 33.3.1** Motivar a suspensão da execução do objeto por parte de autoridades competentes. Neste caso, a CONTRATADA responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que o CONTRATANTE, como consequência, venha a sofrer;
- 33.3.2** Deixar de comprovar os requisitos de habilitação, inclusive os que são avaliados nos documentos fiscais federais, o relativo aos débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho e o relativo ao FGTS dos seus empregados;
- 33.3.3** For responsável por operações em curso anormal junto a qualquer agência do CONTRATANTE, desde que o endividamento venha a comprometer a execução do Contrato;
- 33.3.4** Vier a ser declarada inidônea pela União;
- 33.3.5** Vier a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira; e
- 33.3.6** Utilizar em benefício próprio ou de terceiros informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais;
- 33.3.7** Praticar atos lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira;
- 33.3.8** For sancionada pela prática de ato tipificado no art. 5º, *caput* e incisos, da Lei

nº 12.846, de 01.08.2013;

33.3.9 Atrasar a entrega dos relatórios por mais de 30 (trinta) dias corridos;

33.3.10 Vier a ficar inadimplente junto à CCEE;

33.3.11 Deixar de efetuar o registro e ou ajuste de quantidade de energia elétrica contratada, por meio do CliqCCEE, no prazo estabelecido nas regras e procedimentos de comercialização;

33.3.12 Estiver em processo de desligamento na CCEE.

33.3.13 Não obstante o caráter irrevogável e irretratável do CONTRATO, este poderá ser resolvido por comum acordo entre as PARTES, sem aplicação das penalidades estipuladas, desde que preservado o interesse público pelo CONTRATANTE na resolução contratual.

33.3.13.1 A rescisão deste CONTRATO, assim como a ausência de acordo tempestivo para a continuidade do suprimento, conforme o item 9, implicará a rescisão do CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA, devendo ser comunicada à CCEE nos prazos regulamentares.

34 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

34.1 Deverão ser observadas todas as medidas necessárias à execução do contrato visando atender aos requisitos de sustentabilidade e boas práticas, informar as dimensões sociais, ambientais e econômicas, os resultados favoráveis e desfavoráveis, os desafios e metas, devendo essas informações ser repassadas ao Banco para promover melhores estudos acerca de seu planejamento estratégico;

34.2 Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas.

34.3 Buscar contratação de fontes incentivadas no processo de aquisição de energia no ACL;

34.4 Estar de acordo com a Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007).

35 DA INTEGRIDADE, DA CONDUTA ÉTICA E DOS PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO

35.1 As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 e a Lei Anticorrupção - Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 e seus regulamentos e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência do contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes

desde já se obrigam, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

- 35.1.1** Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- 35.1.2** Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.
- 35.1.3** Respeitar e exigir que seus empregados respeitem, no que couber, os princípios éticos e os compromissos de conduta definidos no Código de Conduta Ética do BANCO DA AMAZÔNIA S.A, cujo teor poderá ser acessado no site: www.bancoamazonia.com.br/index.php/obanco-codigodeetica.
- 35.2** A comprovada violação de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão do Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.
- 35.3** A aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/13 não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos ilícitos.

36 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 36.1** Esta licitação poderá ser revogada por interesse do Banco, caso nenhuma empresa atenda aos requisitos do edital, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros.
- 36.2** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o *horário* de Brasília-DF.
- 36.3** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 36.4** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 36.5** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 36.6** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 36.7** Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em

qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o(a) Pregoeiro(a) porventura julgar necessários.

36.8 A participação nesta licitação implica a aceitação integral e irretratável das normas deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

36.9 Havendo indício de conluio entre as licitantes, o Banco comunicará os fatos à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público, para as providências devidas.

36.10 É facultado ao(à) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação e esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seus Anexos.

36.11 as licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação. **36.12** a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

36.13 Não serão levadas em consideração vantagens não previstas neste Edital. No caso de alteração em pontos essenciais deste Edital, dentro do prazo estabelecido para o início da abertura da sessão pública, este será prorrogado e as modificações terão a mesma divulgação do texto anterior, ou a licitação será revogada e realizada novamente em outra oportunidade.

36.14 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

36.15 As normas que disciplinam este pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

36.16 Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bancoamazonia.com.br e também no comprasnet, e ainda poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Avenida Presidente Vargas, nº 800, 2º andar, bloco B, Belém (PA) – CEP: 66017-901, Coordenadoria de Procedimentos Licitatórios (COPOL), nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Belém (PA), 18 de julho de 2022

Leandro Eduardo Valente dos Santos Gerente

Executivo Intº. da GEPAC

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039 ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

- 1.1** Contratação de empresa **Comercializadora Varejista**, contemplando fornecimento de ENERGIA ELÉTRICA a ser disponibilizada pela CONTRATADA à CONTRATANTE no centro de gravidade do submercado de entrega Norte, e representação na Modalidade Varejista junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pelo período de 45 (quarenta e cinco) meses para o Ed. Sede do Banco da Amazônia S/A, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. MOTIVAÇÃO:

- 1.2** Como parte integrante do projeto de migração entre o Mercado Cativo ao Mercado Livre de contratação de energia, há necessidade de realização certame visando a contratação de Empresa Especializada que fornecerá energia elétrica através do Ambiente de Contratação Livre, ao Banco, na Gestão do Suprimento de Energia Elétrica, bem como, atuar como Representante do Banco da Amazônia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na modalidade Varejista, sem dedicação de mão de obra exclusiva.
- 1.3** Este projeto está incluído no planejamento de redução de despesas administrativas junto ao Conselho de Administração do Banco e servirá de piloto para o ingresso futuro das demais Unidade do Banco que atendam ao requisito mínimo estabelecido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para migração ao ACL

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DOS SERVIÇOS:

3.1 OBJETO

- 3.1.1** Constitui o objeto do presente a contratação de Empresa para fornecimento de Energia Elétrica Incentivada, na modalidade varejista, proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento das instalações do Edifício Sede do Banco da Amazônia S/A, na cidade de Belém-PA, pelo período de 45 (quarenta e cinco) meses conforme detalhado adiante.
- 3.1.2** A energia deverá ser proveniente de fontes incentivadas com direito a redução de até 100% (cem por cento) nas tarifas de uso do sistema de distribuição (parcela TUSD - DEMANDA). A escolha da fonte incentivada 50%, deve-se ao fato, desta ser a fonte que apresenta o melhor resultado financeiro para o Banco.
- 3.1.3** Deverão ser inclusos na proposta os valores relativos à realização de reuniões (com empregados do BANCO DAAMAZONIA S/A, fornecedores, concessionárias, consultores, que o Banco entender por necessárias), apresentações, dentre outras atividades, tantas quantas forem julgadas necessárias à execução dos trabalhos, assim como fazer a modelagem na CCEE dentro do cronograma proposto.

3.1.4 Os interessados deverão considerar na composição dos preços os custos inerentes a operação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, tais como: despesas mensais com encargo de energia de reserva – EER, encargo de segurança do sistema- ESS, taxa de mensalidade na CCEE, tributos, penalidade por insuficiência de lastro de potência, bem como os demais custos que compõe a operação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, assim como a Representação na CCEE pela CONTRATADA;

3.1.5 O local da prestação de serviços será no endereço do Ed. Sede, situado na Av. Presidente Vargas, 800 – Campina, nesta cidade de Belém/PA, sendo o ponto de entrega de Energia O Submercado Norte.

3.1.1 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1.1.1 A comercialização (compra e venda) de energia elétrica será realizada por intermédio de uma comercializadora varejista.

3.1.1.2 Objeto não contempla serviços relativos à adaptação da infraestrutura de medição das unidades consumidoras (UC) para o fornecimento de energia elétrica no ACL.

3.1.1.3 A energia elétrica a ser fornecida pela CONTRATADA ao CONTRATANTE deverá ser proveniente dos empreendimentos de geração exclusivamente de fonte incentivada.

3.1.1.4 As cargas de energia elétrica poderão ser alteradas em função dos contratos de demanda Ambiente de Contratação Regulada - ACR, desde que acordado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

3.1.1.5 O cronograma de migração será elaborado após a contratação em conjunto com a CONTRATADA no prazo de até 30 dias após assinatura do contrato.

3.1.1.6 O cronograma poderá sofrer alterações em função de atrasos no processo de migrações perante as distribuidoras/concessionárias ou a critérios do CONTRATANTE, observando os procedimentos determinados pela CCEE.

3.1.1.7 A entrega será no Centro de Gravidade do Submercado Norte, e suprirá a unidade consumidora livre especial do BANCO DA AMAZÔNIA – Edifício Sede, em Belém- PA, cujo endereço e demais informações técnicas encontrar-se-ão adiante. O fornecimento de energia elétrica está dividido em 5 períodos, nos montantes e condições descritas a seguir:

3.1.2 OS PERÍODOS DE REPRESENTAÇÃO DA CONTRATADA JUNTO À CCEE

Período Único		
Representação na CCEE como empresa comercializadora varejista para a UC migrada		
Período de representação	Início (até 30 dias da assinatura do contrato)	Término
	-	24:00 de 31/12/2026
Período 1		
Representação na CCEE referente ao fornecimento da UC migrada		

Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/04/2023	24:00 de 31/12/2023

Período 2		
Representação na CCEE referente ao fornecimento da UC migrada		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2024	24:00 de 31/12/2024

Período 3		
Representação na CCEE referente ao fornecimento da UC migrada		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2025	24:00 de 31/12/2025

Período 4		
Representação na CCEE referente ao fornecimento da UC migrada		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2026	24:00 de 31/12/2026

3.2. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.2.1 A CONTRATADA deverá auxiliar o Banco da Amazônia S/A no processo de migração da Unidade Consumidora do Ed. Sede enquadrada como especial ao ACL, no Fornecedor da Energia Elétrica e na gestão do fornecimento de energia elétrica proveniente de fontes incentivadas, com direito a redução de até 100% (cem por cento) nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição (TUSD), bem como realizar a representação da referida Unidade Consumidora migrada na Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) pelo prazo definido nos termos do Edital, como comercializadora varejista da UC migrada.

3.2.2 A CONTRATADA e/ou suas empresas subsidiárias e/ou coligadas, assim como os empregados, diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo, administrativo ou sócios que pertençam ou tenham vínculo, ainda que parcialmente ou sob a forma de consórcio, à uma destas empresas ficarão impossibilitados de participarem de todas as licitações para a aquisição de energia pelo Banco da Amazônia S/A, visando evitar conflito de interesses.

3.2.3 DAS DEFINIÇÕES

3.2.3.1 Para perfeito entendimento deste Termo de Referência, são adotadas as seguintes definições e siglas e seus respectivos significados:

- a) **Agente da CCEE:** qualquer Concessionário, Permissionário ou Autorizado de serviços e instalações de energia elétrica, bem como os Comercializadores e Consumidores Livres e Especiais integrantes da CCEE
- b) **ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão normativo e fiscalizador dos serviços de energia elétrica, instituída pela Lei nº

9.427, de 26 de dezembro de 1996 e regulamentada pelo Decreto nº 2.335, de 06 de dezembro de 1997 e suas alterações;

- c) **Agente de Medição:** é o Agente da CCEE, responsável pela coleta, envio e ajuste de dados de medição do Ponto de Medição no CLIQCCEE. O Agente de Medição no CLIQCCEE é responsável pelas penalidades resultantes do não cumprimento de suas obrigações referentes à medição no CLIQCCEE;
- d) **Autoridade Competente:** qualquer órgão governamental, judicial ou arbitral que tenha competência para interferir neste Contrato ou nas atividades das Partes;
- e) **CCEE:** Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob a **autorização** da Autoridade Competente e sob regulação e fiscalização da ANEEL, cuja finalidade é viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os Agentes da CCEE, restritas ao Sistema Interligado;
- f) **Centro de Gravidade:** é o ponto virtual num Submercado específico do Sistema Interligado Nacional, nos termos das Regras de Comercialização, onde a Energia Contratada é entregue de forma simbólica, para fins de contabilização.
- g) **ClqcCEE:** Sistema de Contabilização e Liquidação - é o sistema computacional desenvolvido com base nas regras e procedimentos de Comercialização, que dá suporte à **contabilização** e liquidação financeira de toda comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;
- h) **Ciclo de Faturamento:** Corresponde a cada mês do Período de **Fornecimento** ou outro período de medição que venha a ser definido pela CCEE;
- i) **Comercializador Varejista de Energia:** pessoa jurídica de direito privado que recebeu autorização de Autoridade Competente, para realização de operações de compra, venda de energia elétrica e representação varejista, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.
- j) **Convenção de Comercialização:** documento que estabelece a estrutura e a forma de funcionamento da CCEE, instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004.
- k) **DEVEC:** declaração do valor de aquisição da energia elétrica em ambiente de contratação livre.
- l) **Encargos Setoriais:** são todas as taxas, contribuições, encargos e custos específicos do setor elétrico, incluindo, mas sem se limitar aos Encargos de Serviço do Sistema – ESS, aos Encargos de Energia de Reserva - EER, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

- m) **Energia elétrica:** é a quantidade de energia elétrica ativa consumida durante qualquer período de tempo, expressa em Watt-hora (Wh) ou seus múltiplos.
- n) **Energia Consumida:** é a quantidade de energia elétrica ativa consumida em cada Mês Contratual, verificada pelo Agente de Medição, no Ponto de Medição da Unidade Consumidora da Compradora.
- o) **Energia Elétrica Contratada:** é a quantidade de energia elétrica a ser disponibilizada pela Vendedora à Compradora, durante o Período de Fornecimento, expressa em MWh (megawatt-hora) e em MW médio (megawatt-médio);
- p) **Energia Elétrica Contratada Anual:** é a quantidade de Energia Contratada de cada ano do calendário do Período de Fornecimento **previsto** neste Contrato, expressa em MWh (megawatt-hora) e em MW médio;
- q) **Energia Elétrica Mensal Contratada:** é a quantidade de Energia Contratada de cada Mês Contratual do Período de Fornecimento, expressa em MWh (megawatt-hora), obtida através do processo de sazonalização;
- r) **Energia Elétrica Mensal Faturável:** é a quantidade de energia elétrica a **ser** faturada pela Vendedora referente a cada Mês Contratual, sendo resultante da Energia Consumida no Ponto de Medição da Unidade Consumidora da Compradora, acrescida do Fator de Perdas e abatida a energia contratada no PROINFA;
- s) **Fator de Perdas:** fator que reflete as perdas elétricas entre o Centro de Gravidade e o Ponto de Medição da Unidade **Consumidora** da Compradora;
- t) **Flexibilidade:** percentual adicionado ou subtraído da energia **contratada** considerando os montantes mensais definidos após a sazonalização.
- u) **Fonte Incentivada (com direito a desconto na TUSD/TUST conforme Lei 9.427/1996):** aproveitamentos hidrelétricos com potência superior a 3.000 kW (três mil quilowatts) e igual ou inferior a 30.000 kW (trinta mil quilowatts), destinados à produção independente ou autoprodução, com características de Pequena Central Hidrelétrica (PCH); empreendimentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 3.000 kW (três mil quilowatts); empreendimentos com base em fonte de biomassa, eólica ou solar fotovoltaica resultantes de leilões de compra de energia ou autorizados antes de 1º de janeiro de 2016 com injeção de até 30.000 kW (trinta mil quilowatts) nos sistemas de transmissão ou distribuição; e empreendimentos com base em fonte de biomassa, eólica e solar fotovoltaica resultantes de leilões de compra de energia ou autorizados a partir de 1º de janeiro de 2016

cuja potência injetada seja maior que 30.000 kW (trinta mil quilowatts) e menor ou igual a 300.000 kW (trezentos mil quilowatts);

v) **Fonte Convencional:** todas as que não se enquadram na definição de fonte **incentivada**, exceto empreendimento com base em fonte de energia com origem nos combustíveis fósseis não renováveis;

w) **Legislação:** todas as disposições constitucionais, leis, medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias, instruções, ordens, declarações, determinações, regulamentos e interpretações oficiais de qualquer Autoridade Competente que tenha jurisdição sobre o assunto em questão, incluindo-se as Regras de Comercialização e os

Procedimentos de Comercialização, e suas respectivas alterações posteriores ou quaisquer textos que venham a substituí-los;

x) **Mês Contratual:** é todo e qualquer mês do calendário civil que esteja dentro do Período de Fornecimento;

y) **Modulação:** processo de distribuição da energia faturável – EF em montantes horários, em cada ciclo de faturamento;

z) **Modulação flat:** distribuição homogênea do fornecimento de energia faturável – EF em todos os patamares de carga definidos pelas regras de comercialização, em cada ciclo de faturamento;

aa) **ONS:** o Operador Nacional do Sistema Elétrico, criado pela Lei nº 9.648/98 responsável pela coordenação, supervisão e controle da operação da geração e de transmissão de energia elétrica no sistema interligado;

bb) **Patamar de carga:** conjunto de horas caracterizado por nível de potência e por uma duração média, que é obtido a partir da análise de curvas de carga horária típicas de cada submercado;

cc) **Percentual de Referência para Redução na TUSD:** percentual de referência para redução na componente demanda da TUSD;

dd) **Percentual de Redução na TUSD:** percentual de redução a ser aplicado à componente demanda da TUSD verificado no relatório denominado “DCT001 – Desconto do Agente Vendedor, ou aquele que vier a substituí-lo, disponibilizado pela CCEE após processamento da contabilização de cada Mês Contratual;

ee) **Perdas:** de transmissão da rede básica ocorridas até ou a partir do ponto de entrega, conforme o caso, fixadas, desde já em 3% (três por cento);

ff) **Período de Apuração:** é o intervalo de tempo em que as condições de oferta e demanda de energia levam à definição de um esquema de produção específico e à determinação do respectivo Preço de Liquidação de Diferenças;

- gg) **Período de Comercialização:** é o menor intervalo de tempo para contabilização das transações de energia elétrica a serem liquidadas na CCEE, conforme definido pelas Regras de Comercialização.
- hh) **Período Contratual:** é o período compreendido entre a data de assinatura do presente contrato e a data do integral cumprimento de todas as obrigações neste previstas;
- ii) **Período de Fornecimento:** é o período durante o qual a Vendedora disponibilizará a Energia Contratada para a Compradora;
- jj) **PLD:** é o preço divulgado pela CCEE, calculado antecipadamente, com periodicidade máxima semanal e com base no custo marginal de operação, limitado por preço mínimo e máximo, vigentes para cada período de apuração e Submercado, pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo;
- kk) **Ponto de Entrega:** é o Centro de Gravidade do Submercado, no qual a energia elétrica contratada será disponibilizada e vendida pela Vendedora à Compradora mediante entrega simbólica, para fins contábeis e de liquidação da compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE;
- ll) **Ponto de Medição:** local de responsabilidade da Compradora, onde estão instalados os instrumentos para medição de grandezas elétricas da Unidade Consumidora, onde será realizada a leitura da Energia Consumida, pelo Agente de Medição;
- mm) **Potência:** quantidade de energia elétrica solicitada na unidade de tempo, expressa em KW;
- nn) **Preço Contratual:** é o preço da Energia Contratada no Ponto de Entrega, definido para cada ano do Período de Fornecimento, expresso em reais por megawatt-hora (R\$/MWh) e de acordo com a Energia Consumida, sujeito aos reajustes previstos no Contrato;
- oo) **Preço de Reserva:** corresponde ao valor máximo que o BANCO DA AMAZÔNIA pagará por MWh. O valor da melhor oferta no leilão de compra de energia elétrica incentivada para contratação deve ser igual ou inferior ao Preço de Reserva;
- pp) **Procedimentos de Comercialização:** é o conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica na CCEE, que devem ser respeitados pelas Partes no âmbito do Contrato;
- qq) **Procedimento de Desligamento pela CCEE:** procedimento administrativo na CCEE, no qual o agente é desligado pelo descumprimento de regra setorial, ou que deixar de atender aos requisitos legais/normativos inerentes à condição que permite sua atuação no âmbito do Ambiente de Contratação Livre – ACL;

- rr) **Procedimentos de Rede:** são os documentos aprovados pela ANEEL e elaborados pelo ONS, que estabelecem os procedimentos e requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN; e as responsabilidades do ONS e dos agentes;
- ss) **PROINFA:** Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889, de 25 de junho de 2004;
- tt) **Racionalização:** é a redução temporária formalmente incentivada por **Autoridade** Competente, adotada de forma voluntária ou não, do consumo ou contratos de energia elétrica para o Submercado ou região elétrica onde está localizada a Unidade Consumidora ou Geradora, ou o Submercado do Ponto de Entrega deste Contrato ou quaisquer outros incentivos ou determinações do Poder Público para a redução do consumo de energia elétrica de caráter emergencial;
- uu) **Racionamento:** é a redução temporária e compulsória do consumo, contratos de energia elétrica ou de uso dos sistemas de distribuição, decretada **por** Legislação, para o Submercado ou região elétrica onde está localizada a Unidade Consumidora ou Geradora, ou o Submercado do Ponto de Entrega deste Contrato;
- vv) **Rede Básica:** instalações pertencentes ao Sistema Interligado Nacional, **identificadas** segundo as regras e condições estabelecidas pela ANEEL;
- ww) **Regras de Comercialização:** é o conjunto de regras operacionais e **comerciais** e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL, aplicáveis à comercialização de energia elétrica na CCEE;
- xx) **Sazonalização:** é a distribuição dentro de cada Período de Fornecimento das quantidades de Energia Contratada Anual, definida pela **Compradora**, conforme limites estabelecidos;
- yy) **Sistema de coleta de Dados de Energia Elétrica – SCDE:** o sistema **responsável** pela coleta diária (realizada das 0h às 10h) e pelo tratamento dos dados de medição;
- zz) **SWAP:** Troca de energia envolvendo prazos, tipos convencional e incentivada 50% e 100% e submercados, visando melhorar os resultados econômicos; **aaa) RTE:** Revisão Tarifária Extraordinária;
- bbb) Sistema Interligado Nacional - SIN:** é o conjunto de instalações e **equipamentos** responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica das regiões do país interligadas eletricamente; **ccc) SMF:** Sistema de Medição e Faturamento;
- ddd) Submercado:** são divisões do SIN para as quais são estabelecidos **PLDs** específicos e cujas fronteiras são definidas em razão da

presença e duração de restrições relevantes de transmissão aos fluxos de energia elétrica no SIN;

eee) Tributos: são todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Contrato, excluído qualquer outro existente ou que **venha** a ser criado sobre o lucro líquido ou resultado de qualquer das Partes. Tal exclusão abrange, não estando limitada ao imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro líquido e impostos ou contribuições sobre movimentações financeiras;

fff) TUSD: Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição a serem cobradas do Consumidor Livre ou Especial pelo uso das redes de distribuição das concessionárias do local onde o mesmo está conectado;

ggg) TE: Tarifa da Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulado;

hhh) Unidade Consumidora (UC): instalação ou instalações de propriedade da Compradora, definidas no Contrato, onde será entregue fisicamente a Energia Contratada pela Concessionária de Distribuição local.

iii) EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A: concessionária de distribuição de energia local.

jjj) CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

3.2.2 Sem prejuízo de atualizações da legislação, normas, resoluções e procedimentos do Setor Elétrico, deverá ser considerada toda a legislação aplicável, em especial, ressaltamos as referenciadas abaixo:

- a) Lei nº 8.987/95;
- b) Lei nº 9.074/95;
- c) Lei nº 9.427/96;
- d) Lei nº 9.648/98;
- e) Lei nº 10.438/02;
- f) Decreto nº 5.163/04;
- g) Decreto nº 5.177/04;
- h) Resolução ANEEL nº 077/04;
- i) Resolução ANEEL nº 109/04;
- j) Resolução ANEEL nº 166/05;
- k) Resolução ANEEL nº 247/06;
- l) Resolução ANEEL nº 376/09;
- m) Resolução ANEEL nº 414/10;
- n) Resolução ANEEL nº 481/12;

- o) Resolução ANEEL n° 611/14;
- p) Resolução ANEEL n° 622/14;
- q) Resolução ANEEL n° 759/17 (trata do SMF);
- r) PRODIST;
- s) Procedimentos de Comercialização da CCEE.

3.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA

3.2.3.1 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos (de acordo com os itens 10.8; 10.9 e 10.10 do anexo VII-A da IN SEGES/MP n° 5/2017):

- a) Apresentação de atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, ou seja, “Comercialização de energia elétrica no ambiente de Contratação Livre (ACL) na modalidade varejista”.

3.2.3.2 Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m):

3.2.3.3 Ser Agente da CCEE

3.2.3.4 Comercialização de energia elétrica no ambiente de Contratação Livre (ACL) na modalidade varejista;

3.2.3.5 Modelagem das Cargas no Sistema de Contabilização e Liquidação (CliqCCEE).

3.2.3.6 Assessoria na gestão dos contratos de energia e representação na CCEE de ao menos 01 (uma) Unidade Consumidora inserida no ACL, contemplando, no mínimo, as atividades:

- a) Representação de agente público ou privado na CCEE;
- b) Comprovação de movimentação (gestão/consultoria) média mensal de energia igual ou superior a 0,1 MW-médio (25% do estimado para o projeto piloto da CONTRATANTE) por período de 12 meses consecutivos, sendo de portfólio próprio ou de terceiros;

3.2.3.7 Apresentar Certidão de Adimplemento junto à CCEE dentro da validade:

- a) O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.

3.2.4 DA SUSTENTABILIDADE:

3.2.4.1 Deverão ser observadas todas as medidas necessárias à execução do contrato visando atender aos requisitos de sustentabilidade e boas práticas,

informar as dimensões sociais, ambientais e econômicas, os resultados favoráveis e desfavoráveis, os desafios e metas, devendo essas informações ser repassadas ao Banco para promover melhores estudos acerca de seu planejamento estratégico;

3.2.4.2 Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas.

3.2.4.3 Buscar contratação de fontes incentivadas no processo de aquisição de energia no ACL;

3.2.4.4 Estar de acordo com a Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007).

3.3 DADOS GERAIS DA UNIDADE CONSUMIDORA DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.3.1 Apresenta-se a seguir algumas informações do local de realização dos Serviços:

- a. Unidade ligada ao sistema de distribuição através de Média Tensão (13,8kV);
- b. Carga total instalada: 6MW;
- c. MW médio (ACR): 0,43 MW (consumo médio calculado em razão da energia consumida no período de um ano – Ref. maio/2019 à abril/2020).
- d. Local de realização dos serviços: Av Presidente Vargas, 800, Campina, BelémPA - CEP: 66017-000;
- e. Tipo de entrada de energia: Ramal subterrâneo, Painele de Proteção de M.T. de entrada do tipo cubículo blindado, com elementos de proteção em SF6, cubículo de medição incorporado ao painel.
- f. O período de vigência do contrato atual da UC a ser migrada junto à concessionária de energia elétrica local é de abril/2022 a março/2023, de forma que a data prevista para a migração é 01/04/2023.
- g. Dados referente à Aquisição de Energia Elétrica no ACL para a Unidade Consumidora:

Compra de Energia para Atendimento-UnidadeConsumidora Especial Resumo (Vide informações do consumo mensal no ANEXO I-D)			
ED. SEDE DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A			CONSUMO PREDIAL TOTAL NO PERÍODO
			VALORES DE REFERÊNCIA
Período de Suprimento			MWH
	Início	Término	
PERÍODO 1	1/4/2023	30/6/2023	928,69
	1/7/2023	31/12/2023	1.974,35
PERÍODO 2	1/1/2024	30/6/2024	1.786,78
	1/7/2024	31/12/2024	1.974,35
PERÍODO 3	1/1/2025	30/6/2025	1.786,78
	1/7/2025	31/12/2025	1.974,35
PERÍODO 4	1/1/2026	30/6/2026	1.786,78

	1/7/2026	31/12/2026	1.974,35
Total			14.186,43

Vendedor:	À definir
Comprador:	Banco da Amazônia S/A
Tipo de Energia:	Incentivada 50% - i50
Período de Fornecimento:	45 meses
Submercado:	Norte
Volume de Energia:	0,43 MW médios
Preço:	Escalonado
Reajuste:	IPCA/IBGE
Sazonalização:	+/-20%
Modulação:	A cargo do Vendedor ¹
Flexibilidade:	+/-20%
Prazo de Pagamento:	11º dia útil do mês subsequente ao mês de consumo
Impostos e Taxas:	PIS e COFINS inclusos no Preço
Garantia (equivalente a 3 (três) meses de faturamento):	Carta Fiança, Seguro ou Depósito Caução

*A cargo do Vendedor¹: Dado que todos os custos junto à CCEE são de responsabilidade do Vendedor.

3.4 ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

3.4.1 O escopo deste trabalho concentra-se nas atividades de Fornecimento de Energia Elétrica oriunda do Ambiente Livre de Contratação e Assessoria técnica, comercial, regulatória e tributária para migração ao mercado livre de energia elétrica, bem como para a Gestão do suprimento de energia elétrica das instalações do BANCO DA AMAZONIA SA junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

3.4.2 A CONTRATADA deve auxiliar na decisão sobre como recontratar a energia existente, formulando estratégias para assegurar o suprimento de energia elétrica à Unidade Consumidora migrada ao ACL, inclusive em eventual necessidade de retorno ao Ambiente de Contratação Regulado – ACR.

3.4.3 A Unidade Consumidora especial a ser migrada, deve ser suprida totalmente com energia incentivada, mantendo com a concessionária de distribuição local, somente o relacionamento referente ao uso da infraestrutura dos sistemas de distribuição para a energia adquirida no ACL, tais como, demanda contratada, encargos e tributos relacionados, entre outros. A Unidade Consumidora especial selecionada para ingresso inicial do Banco da Amazônia no ACL, possui consumo médio anual estimado da ordem de 0,43 MW-médio ou superior, possui demanda contratada junto à Concessionária de Distribuição, de 1.200kW, sendo atendidas com tensão de fornecimento de 13,8kV, na modalidade tarifária Horária Verde. Outros dados referentes à Unidade Consumidora em comento, encontra-se explicitada no Item 3.3 deste Termo de Referência.

3.4.4 As despesas com o Uso do Sistema de Distribuição, referentes ao CUSD, serão pagas diretamente pelo Banco da Amazônia S/A.

3.4.5 A contratada deverá executar todos os serviços descritos neste Termo de Referência dentro das atuais resoluções, diretrizes e legislação do setor elétrico, pertinentes ao Ambiente de Contratação Livre, com total conhecimento da regulação da ANEEL e da CCEE, e das normas e padrões da EQUATORIAL PARÁ, sempre buscando as novidades e atualizações do setor.

3.4.6 A contratada deverá considerar na composição dos preços os custos inerentes a operação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, tais como: despesas mensais com encargo de energia de reserva – EER, encargo de segurança do sistema- ESS, taxa de mensalidade na CCEE, tributos, penalidade por insuficiência de lastro de potência, bem como os demais custos que compõe a operação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, assim como a Representação na Modalidade Varejista junto à CCEE;

3.4.1 DAS ETAPAS DOS SERVIÇOS

3.2.6.1 Os serviços solicitados neste Edital serão subdivididos em 02 (duas) etapas definidas a seguir:

- a)** Etapa I (Migração e Representação) – Modelagem do ponto de medição junto à CCEE, suporte e interação com demais agentes envolvidos no processo de Migração da UC para o ACL e Representação do contratante para o ACL da Contratante junto à CCEE como comercializadora varejista da UC migrada;
- b)** Etapa II (Fornecimento da energia) – Fornecimento de energia elétrica nos moldes deste Termo de Referência, prazos e valores.

3.2.6.2 A CONTRATADA deve elaborar e submeter à aprovação da CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) úteis contados da assinatura do contrato, cronograma detalhado da execução dos serviços, conforme etapas constantes deste Termo de Referência, o qual deverá ser revisto após o fim da Etapa I.

3.5 RESULTADOS ESPERADOS

3.5.1 O resultado esperado da prestação deste serviço é a Aquisição de Energia Elétrica oriunda do ACL para a unidade do BANCO DA AMAZONIA SA em comento, resultando assim na economia com os gastos com energia elétrica da Instituição.

3.6 RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.6.1 O serviço contratado deverá ser realizado de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e cobrado mediante documento fiscal hábil.

3.6.2 A aceitação da nota fiscal pelo Banco da Amazônia fica condicionada à identificação, no corpo do documento, da numeração do contrato que está sendo atendido e da correlação entre seus itens e os da nota fiscal.

- 3.6.3** Não serão aceitas responsabilidades por despesas de acessórias, transporte, embalagens, seguro etc., salvo se, especificamente, autorizado no contrato.
- 3.6.4** A aceitação definitiva se formalizará por intermédio do atesto da nota fiscal pelo Banco da Amazônia.
- 3.6.5** No caso da não aceitação, o fornecedor deverá sanar a irregularidade dentro do prazo estabelecido de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação via Correio Eletrônico ou Sedex.
- 3.6.6** A execução dos serviços será iniciada no prazo de até 10 (dez) úteis, contados da emissão da Ordem de Serviços respectiva ou solicitação da CONTRATANTE, por meio de correio eletrônico, informando prazos, condições para o recebimento, entre outros.
- 3.6.7** Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos e, ainda a proposta comercial.
- 3.6.8** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos e na proposta comercial, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela CONTRATANTE, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades

3.7 PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E CRONOGRAMADOS SERVIÇOS

3.7.1 DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

3.7.1.1 A data para o início do processo necessário para o início da operação no Ambiente de Contratação Livre, se dará a partir da Ordem de Serviço da representação na CCEE. O início do serviço de fornecimento da energia contratada será às 00:00 horas do dia 01/04/2023, com término às 24:00 horas do dia 31/12/2026.

3.7.1.2 Vigência contratual: 60 (sessenta) meses.

3.7.1.3 Prazo de execução: a partir da assinatura do contrato até 31/12/2026.

3.7.1.4 Prazo de fornecimento: de 01/04/2023 a 31/12/2026

3.7.2 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.7.2.2 O instrumento contratual terá vigência de **60 meses**, a partir da assinatura do contrato.

3.7.2.3 O prazo de execução será de 01/04/2023 a 31/12/2026.

3.7.2.4 O período de fornecimento de energia elétrica será de **45 meses**.

3.7.2.5 Algumas datas importantes:

- a) 01/09/2022 – limite para denúncia do contrato com a EQUATORIAL PARÁ;
- b) 01/04/2023 – migração para o ACL do Ed. Sede do Banco da Amazônia S/A com o início do fornecimento pela empresa Comercializadora Varejista;
- c) 31/12/2026 – término da execução do contrato.
- d) 60 (sessenta) meses da assinatura do contrato – término da vigência do contrato.

3.8 PREÇOS E CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO, FATURAMENTO, PAGAMENTO E REAJUSTES

3.8.1. Medição:

3.8.1.1. A CONTRATADA obterá a medição da energia consumida por meio do sistema de coleta de dados de energia – SCDE, ou aquele que vier a substituí-lo, dentro dos prazos previstos nas regras e procedimentos de comercialização determinados pela CCEE.

3.8.1.2. As quantidades registradas no medidor do ponto de medição, mensalmente, serão acrescidas do fator de perdas e abatidas da energia contratada no PROINFA, para fins de determinação da energia mensal faturável.

3.8.1.3. O CONTRATANTE, no que lhe competir, permitirá amplo acesso às suas instalações às representantes da CONTRATADA, da CCEE, da ANEEL e ou qualquer terceiro por estes indicados, com vistas a assegurar que as medições efetuadas reflitam com precisão o fornecimento da energia consumida, bem como estejam em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis.

3.8.1.4. O CONTRATANTE solicitará à Concessionária de Distribuição acesso à CONTRATADA:

- a) para instalação de dispositivo que realize a medição remota da memória de massa dos medidores de energia elétrica, caso solicitado; e
- b) acesso físico aos ativos de medição, mediante solicitação.

3.8.2. Faturamento:

- a) O faturamento da energia será realizado mensalmente, devendo ser emitida uma nota fiscal/fatura para a unidade consumidora, em conformidade com a quantidade da Energia Mensal Faturável, em megawatts-hora (MWh), de acordo com os parâmetros a seguir:
- b) Caso a Energia Mensal Faturável esteja entre a Energia Mensal Contratada multiplicada pela flexibilidade mínima e máxima estabelecidas nos Anexos 1-A e Anexo I-D, o faturamento para o referido mês será calculado da seguinte forma:

$$FAT = EMF * PEC$$

$M \quad M \quad M$

Onde:

FAT_M = Faturamento referente ao Mês Contratual

EMF_M = Energia Mensal Faturável;

PEC_M = Preço da Energia Mensal Contratada válido para cada ano do Período de Fornecimento e reajustado, vigente no Mês Contratual M = Mês Contratual

3.8.2.2. Caso a Energia Mensal Faturável seja menor do que a Energia Mensal Contratada multiplicada pelo limite inferior da Flexibilidade Mensal estabelecida no Anexo II, o faturamento para o referido mês será calculado da seguinte forma:

$$FAT = \text{máximo}(EMF_M; 1,0) \times PEC_M \quad M \quad M$$

onde:

FAT_M = Faturamento, referente ao Mês Contratual

EMF_M = Energia Mensal Faturável,

PEC_M

M = Preço contratual válido para o mês de Fornecimento, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PEC_M = \frac{(EMC_M * L_{inf} * PEC_M) - \{[(EMC_M * L_{inf}) - EMF_M] * PEC_{min_M}\}}{\text{máximo}(EMF_M; 1,0)}$$

Onde:

EMC

M = Energia Mensal Contratada

L_{inf} = Limite inferior estabelecido no Anexo II

PEC_M = Preço da Energia Mensal Contratada válido para cada ano do Período de Fornecimento e reajustado, vigente no Mês Contratual

PEC_{min_M} = Preço Contratual da Energia Consumida Mínima, definidos no item 5.1 da Obs. do anexo I – Planilha de formação de preços

M = Mês Contratual

3.8.2.3. Caso a Energia Mensal Faturável seja maior do que a Energia Mensal contratada multiplicada pelo limite superior da flexibilidade mensal estabelecida no Anexo II, o faturamento para o referido mês será calculado da seguinte forma:

$$FAT\ M = EMF_M \times PECe_M$$

onde:

FAT

M = Faturamento, referente ao Mês Contratual

EMF_M = Energia Mensal Faturável,

$PECe_M$ = Preço Contratual válido para o mês de Fornecimento, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PECe_M = \frac{(EMC_M \cdot L_{sup} \cdot PEC_M) + \{ [EMF_M - (EMC_M \cdot L_{sup})] \cdot PEC_{max}_M \}}{EMF_M}$$

onde:

EMC

M = Energia Mensal Contratada

L_{sup}

= Limite superior estabelecido no Anexo I

PEC_M = Preço da Energia Mensal Contratada válido para cada ano do Período de Fornecimento e reajustado, vigente no Mês Contratual

PEC_{max}_M = Preço Contratual da Energia Excedente, definidos no item 5.2

da Obs. do Anexo I - Planilha de formação de preços

M = Mês Contratual

3.8.2.4. O valor faturado deverá contemplar o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), calculado na forma da legislação específica, quando aplicável.

3.8.2.5. A CONTRATADA deverá discriminar nas Notas Fiscais/Fatura de Energia Elétrica os valores referentes aos tributos devidos por substituição tributária, que serão retidos na fonte pelo CONTRANTE no momento do pagamento.

3.8.2.6. Se para determinado mês contratual, o percentual de redução na TUSD entregue pela CONTRATADA na venda da Energia Mensal Faturável for menor que o percentual de referência para redução na TUSD, definido no **item 2** da Obs. do Anexo I, a CONTRATADA deverá ajustar o preço do mês seguinte de faturamento considerando o seguinte cálculo:

$$AJTUSD_K = EMF_K \cdot \left(\frac{PREF_R - PRED_K}{PREF_R} \right) \cdot VPNA_K$$

onde:

$AJTUSD$ = juste de preço pela diferença entre o Percentual de Referência para Redução na TUSD e o Percentual de Redução na TUSD entregue pela contratada para a Energia Mensal Faturável de determinado Mês Contratual (em R\$); K

EMF = Energia Mensal Faturável de determinado Mês Contratual (em MWh); **K**

PREF = Percentual de Referência para Redução na TUSD, indicado no item 6 da Obs. do Anexo I para o Mês Contratual (em %)

R

PRED = Percentual de Redução na TUSD da Vendedora para determinado Mês Contratual, disponibilizado pela CCEE após processamento da contabilização de cada Mês Contratual (em %)

k

VPNA = Valor proporcional de Redução na TUSD não entregue, equivalente à componente de preço definida como R\$ 35,00 / MWh, reajustado anualmente pelo mesmo índice de **K** correção aplicado ao Preço Contratual.

K = Cada um dos Meses Contratuais em que ocorrer o disposto no Caput deste item.

3.8.1.1. Em função da sistemática de apuração dos percentuais de redução na TUSD, poderá ocorrer defasagem temporal, por parte da CCEE, na aplicação efetiva do percentual na TUSD entregue pela CONTRATADA.

3.8.1.2. Os percentuais de redução na TUSD, em função das revisões realizadas pela CCEE, poderão sofrer reavaliações e recálculo do valor componente de preço, sempre que essas revisões ocorrerem.

3.8.1.3. Na impossibilidade de cumprimento, o ressarcimento do desconto na TUSD será calculado e liquidado sob a forma de desconto no Preço Contratual.

3.8.3 Aceite

3.8.3.1 A energia faturável será cobrada, mensalmente, por meio de apresentação da Nota fiscal/fatura.

3.8.3.2 O representante do CONTRATANTE, designado como fiscal do serviço, poderá confirmar a energia elétrica faturada por 3 (três) meios:

- a)** com base nos relatórios emitidos pelo SCDE;
- b)** leitura *in loco* do respectivo medidor da UC;
- c)** pelo código do medidor de cada UC via distribuidora/concessionária.

3.8.3.3 Após a confirmação do consumo da UC pelo CONTRATANTE a CONTRATADA encaminhará a nota fiscal para pagamento conforme item 3.8.4.

3.8.4 Condições de Pagamento

3.8.4.1 Os serviços serão executados e devidamente pagos, desde que estejam em conformidade com as condições do Termo de Referência e edital, considerando

os valores da proposta comercial final da Contratada, de acordo com cada etapa do processo.

3.8.4.2 O pagamento da energia elétrica consumida será realizado mensalmente em conformidade com a quantidade da energia mensal faturável, de acordo com o item 3.8.2.

3.8.4.3 A CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal referente a energia consumida de cada unidade consumidora até o 3º dia útil subsequente ao mês de suprimento.

3.8.4.4 Parágrafo Primeiro – A nota fiscal/fatura deverá conter:

3.8.4.5 o número do Contrato, o objeto contratual e o mês do fornecimento/execução do objeto;

3.8.4.6 a agência e o número da conta corrente;

3.8.4.7 conter a identificação da(s) dependência(s)/Unidade(s) Consumidora(s) (prefixo, nome e endereço), assim como o(s) respectivo(s) valor(es) proporcional(is).

3.8.4.8 O CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante crédito em conta corrente, até o 11º dia útil do mês subsequente ao mês de suprimento.

3.8.4.9 Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura, esta será devolvida à CONTRATADA em, no máximo, 3 (três) dias úteis a contar da apresentação, acompanhada das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções. Neste caso, o CONTRATANTE terá o prazo de até 3(três) dias úteis, a contar da data da reapresentação do documento, para efetuar o pagamento.

3.8.4.10 Todos e quaisquer salários e tributos, sejam impostos, taxas ou contribuições civis e fiscais e/ou encargos trabalhistas, licenças, emolumentos, inclusive, mas sem se limitar a, ISSQN, COFINS e PIS, seguros, honorários, lucros, custos diretos e indiretos, despesas financeiras, operacionais e administrativas, mão-de-obra direta e indireta, serviços auxiliares, transportes, alimentação, viagens, hospedagens, materiais, componentes, ferramentas, equipamentos, despesas de telecomunicação, incidentes, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, e já estão incluídos no valor da contratação, pelo que nenhum outro pagamento, reembolso ou compensação, de qualquer natureza, será devido à CONTRATADA e/ou a eventuais subcontratados e fornecedores, em razão da execução dos serviços, além da remuneração prevista.

3.8.4.11 Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura e/ou em qualquer documento necessário ao pagamento, ainda que tenha havido ACEITE do fornecimento, a documentação será devolvida à CONTRATADA, em no máximo 2 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação, acompanhada das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções

3.8.5 Reajustes

- 3.8.5.1** O reajuste será procedido para cada valor contratado (parcelas, garantia contratual, saldos de parcelas) aplicado às parcelas contratualmente vincendas e vencidas e representará a quantia que deverá ser acrescida ou deduzida daquelas importâncias em consequência da variação do índice de preços definido.
- 3.8.5.2** As condições gerais para reajustamento de preços são as disciplinadas no Regulamento de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia e Lei nº 13.303/2016, bem como na “Norma para Reajuste de Preços de Contratos”, contida no Decreto no 1.054, de 07.02.94, com as alterações introduzidas pelo Decreto no 1.110, de 13.04.94, valendo-se da fórmula prevista no “caput” do art. 5º daquele decreto.
- 3.8.5.3** O índice de preços inicial (I₀) será correspondente ao do mês da apresentação da PROPOSTA do setor.
- 3.8.5.4** O reajuste de preços terá periodicidade anual, a contar da data limite para apresentação da proposta que deu origem ao contrato, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.
- 3.8.5.5** O disposto nesta cláusula não impede a eventual concessão de reequilíbrio contratual, na forma do § 6º do art. 81 da Lei 13.303/16.

3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.9.1. DAS OBRIGAÇÕES DO BANCO DA AMAZÔNIA:

- 3.9.1.1** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada.
- 3.9.1.2** O CONTRATANTE, no que lhe conferir, permitirá amplo acesso às suas instalações aos representantes da CONTRATADA, da CCEE, da ANEEL e/ou qualquer terceiro por estes indicados, com vistas a assegurar que as medições efetuadas, reflitam com precisão o fornecimento da energia consumida, bem como estejam em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis.
- 3.9.1.3** Transmitir a DEVEC à Secretaria de Fazenda.
- 3.9.1.4** Assinar Contrato para Comercialização Varejista (CCV) junto à CCEE, conforme minuta anexa à resolução ANEEL nº 570/2013.
- 3.9.1.5** Atender os requisitos exigidos pela Distribuidora para adequação do sistema de medição de faturamento - SFM das unidades consumidoras.
- 3.9.1.6** Providenciar as adequações no Sistema de medição de faturamento, conforme legislação vigente.
- 3.9.1.7** Rejeitar, no todo ou em parte, a solução entregue pela Contratada fora das especificações deste Termo.

- 3.9.1.8** Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento e instalação dos equipamentos.
- 3.9.1.9** Fiscalizar, podendo sustar, recusar, solicitar fazer ou desfazer qualquer entrega ou serviços que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 3.9.1.10** Emitir, por intermédio da área técnica, relatórios sobre os atos relativos a execução do contrato que vier a ser firmado, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, a exigência de condições estabelecidas e proposta de aplicação de sanções.
- 3.9.1.11** Caberá à Contratante manter vigente, durante o período de vigência do presente instrumento, os Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e de Uso do Sistema Elétrico de Distribuição com a Concessionária outorgada pela ANEEL para a distribuição local.
- 3.9.1.12** Caberá à Contratante os encargos relativos ao Uso do Sistema de Transmissão e de Distribuição e os custos de Conexão ao Sistema de Transmissão e de Distribuição, decorrentes de contratos específicos firmados entre a Contratante e a Concessionária de Distribuição local.
- 3.9.1.13** Atender ao disposto no item 6 deste caderno.
- 3.9.1.14** Contra a aplicação das penalidades ao Banco da Amazônia formalizará a irregularidade à Contratada, de forma a possibilitar a defesa prévia da mesma, concedendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação da justificativa, a contar da notificação enviada via Correio Eletrônico ou Sedex, cabendo ao Banco da Amazônia a solução final e definitiva sobre a questão.
- 3.9.1.15** Para garantir o fiel cumprimento das obrigações previstas neste termo, a contratante constituirá garantia anual, mediante fiança bancária, em valor correspondente a 3 (três) vezes o faturamento médio mensal para o período de validade da garantia, o qual é obtido multiplicando-se por 3 (três) o produto da Energia Contratada média mensal para o período que está sendo garantido pelo Preço de Venda estimado do período.
- 3.9.1.16** A primeira garantia será apresentada até 20 (vinte) dias do início do primeiro período e cada uma das demais garantias deverão ser apresentadas em até 10 (dez) dias antes de data de início de cada ano-calendário de suprimento.
- 3.9.1.17** Outorgar à CONTRATADA, quando solicitada por esta, procuração específica, conforme anexo III, a fim de que esta possa representá-la perante a concessionária e/ou distribuidora de energia elétrica, geradores e demais órgãos competentes, com exclusividade, visando, única e exclusivamente, a consecução do objeto do contrato.
- 3.9.1.18** O CONTRATANTE deverá informar a CONTRATADA, até o dia 30 de novembro de cada ano, a sazonalização para o ano subsequente, observados os limites de sazonalização estabelecidos no anexo I, 1A, 1B,

1C e 1D. A sazonalização deverá preservar a quantidade de energia contratada anual, de cada período de fornecimento.

3.9.1.19 Caso o CONTRATANTE não informe tempestivamente essa distribuição mensal, a energia elétrica contratada anual será distribuída proporcionalmente ao número de horas de cada mês (FLAT).

3.9.1.20 Comunicar, por escrito, à CONTRATADA com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, toda e qualquer mudança em suas instalações, procedimentos ou processos que implique em alteração do perfil de consumo.

3.9.1.21 Assumir todos os riscos, custos, obrigações, responsabilidades, tributos, tarifas, encargos setoriais, encargos de transmissão, distribuição e conexão e Perdas da Rede Básica porventura devidos e/ou verificados após a disponibilização da Energia Elétrica Contratada – EC no Centro de Gravidade do Submercado de Entrega.

3.9.1.22 Ainda, o BANCO DA AMAZONIA S/A se compromete a disponibilizar as informações necessárias da Unidade a ser migrada para o ACL, assim como garantir liberação de acesso das equipes da contratada às unidades/dependências do BANCO DA AMAZONIA S/A, assim como:

3.9.1.23 Exercer a fiscalização dos serviços por empregados especialmente designados, na forma prevista na Lei n. 13.303/2016.

3.9.1.24 Notificar formalmente a Contratada acerca de falhas ou irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-las.

3.9.1.25 Notificar, por escrito, a CONTRATADA, informando-lhe a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

3.9.1.26 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.

3.9.1.27 Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do Contrato.

3.9.1.28 Rejeitar, no todo ou em parte, a execução que esteja em desacordo com as exigências deste Termo de Referência, da Carta Consulta e do Contrato.

3.10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.10.1. A Contratada prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Banco da Amazônia, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

3.10.2. A Contratada dará ciência imediata ao Banco da Amazônia, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

3.10.3. A Contratada reconhece ser a única e exclusiva responsável para os casos de:

- a) Imperfeição, insegurança ou falta de solidez nos trabalhos executados;
- b) Inobservância de leis, regulamentos ou postura;
- c) Emprego de ferramentas e equipamentos inadequados, incluindo os de segurança individual;
- d) Inadimplência dos encargos trabalhistas, sociais e tributários.

3.10.4. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, em ocorrência da espécie, em que forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificado o acidente em dependências do Banco da Amazônia, serão de sua total e exclusiva responsabilidade.

3.10.5. As multas, indenizações ou despesas impostas ao Banco da Amazônia por autoridade competente, em decorrência do descumprimento, pela Contratada, deste Contrato, de Lei ou Regulamento aplicável à espécie, serão de sua total e exclusiva responsabilidade.

3.10.6. O Banco da Amazônia não manterá qualquer vínculo empregatício com os funcionários da Contratada, compete a esta o cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos mesmos, quando em serviço, em qualquer das dependências do Banco da Amazônia.

3.10.7. Contratada comprovará o lastro de energia disponível para atender a Contratante no Período de Fornecimento dos 6 (seis) primeiros meses do contrato, em até 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do presente Contrato.

- a) No mês subsequente a comprovação inicial, a Contratada obrigase a comprovar o lastro de energia disponível os 6 (seis) meses seguintes, e assim sucessivamente a cada mês, de modo a manter sempre a comprovação para o período de 6 (seis) meses de fornecimento, até que se atinja o total de períodos de vigência do presente contrato

3.10.8. Prestar assessoria ao CONTRATANTE visando o cumprimento das regras e procedimentos de comercialização estipulados pela CCEE e órgãos reguladores do sistema elétrico brasileiro, bem como alertar mudanças que impactem o CONTRATANTE, informando imediatamente à Contratante sobre qualquer alteração na Legislação Aplicável no Ambiente de Contratação Livre (ACL), bem como a criação de novos tributos e/ou alteração e/ou extinção destes, além da criação e/ou extinção de Encargos Setoriais.

3.10.9. Qualquer erro ou imperícia no fornecimento do insumo pela Contratada a obrigará à correção, por sua conta e risco.

3.10.10. A Contratada deverá credenciar junto à Contratante um preposto responsável pelo acompanhamento integral do fornecimento do insumo durante toda a vigência do contrato, indicando o nome, documento de identidade, telefone e email, para contato.

- 3.10.11.** Sempre que houver a necessidade de substituição do preposto responsável, a Contratante deverá ser imediatamente comunicada.
- 3.10.12.** A Contratada prestará todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender pronta e irrestritamente.
- 3.10.13.** A existência de divergências entre a Contratada e Contratante não deverá, em nenhuma hipótese, justificar a paralisação do fornecimento do insumo pela Contratada.
- 3.10.14.** Atuar como agente comercializador, na modalidade varejista, no ambiente de contratação livre.
- 3.10.15.** Adquirir energia elétrica de outros produtores ou do parque próprio de geração em operação comercial da CONTRATADA ou do grupo econômico para entrega no centro de gravidade do submercado de entrega do CONTRATANTE, conforme indicado no Anexo I.
- 3.10.16.** Representar o CONTRATANTE perante as distribuidoras/concessionárias de energia nos assuntos relacionados ao cumprimento do objeto contratual.
- 3.10.17.** Ser o AGENTE REPRESENTANTE na CCEE.
- 3.10.18.** Acompanhar e apresentar relatório mensal do registro de medição dos pontos de consumo do CONTRATANTE no SCDE – Sistema de Coleta de Dados de Energia Elétrica no ACL.
- 3.10.19.** Prestar suporte técnico na contratação de adequação da infraestrutura do SMF visando à migração e denúncia dos contratos junto às Distribuidoras.
- 3.10.20.** Disponibilizar boletins informativos sobre o mercado de energia elétrica
- 3.10.21.** Enviar, anualmente, as informações e quantidades devidas do contrato de PROINFA.
- 3.10.22.** Elaborar relatório mensal de medição para acompanhamento da estimativa de consumo versus contratos de energia elétrica no ACL, antecipando, em no mínimo 90 (noventa) dias, possíveis sobras ou déficits de energia; visando não ultrapassar a flexibilização estipulada no Anexo I.
- 3.10.23.** Dar suporte técnico para obtenção das informações da DEVEC.
- 3.10.24.** Disponibilizar calendário com as previsões de pagamentos das faturas de energia elétrica.
- 3.10.25.** Verificar as diferenças entre o desconto contratado na TUSD e o desconto efetivado no processamento mensal da CCEE e, a pedido prévio do CONTRATANTE, elaborar o cálculo de ressarcimento no prazo de 30 dias após a publicação da CCEE

- 3.10.26.** Atuar junto à CCEE e órgãos correlatos para solução de eventuais problemas de fornecimento de energia e/ou penalidades aplicadas e outras situações que assim a exijam.
- 3.10.27.** Registrar e/ou ajustar e validar os contratos de comercialização de energia elétrica firmados pelo CONTRANTE no CliqCCEE.
- 3.10.28.** Executar o balanço energético objetivando a otimização dos contratos e dos custos.
- 3.10.29.** Consolidar os montantes de energia para fins de faturamentos de energia.
- 3.10.30.** Conferir todas as faturas emitidas pelas concessionárias (TUSD e link de dados, se for o caso).
- 3.10.31.** Assessorar o CONTRATANTE no processo de retorno ao ACR, se for o caso.
- 3.10.32.** Conferir e validar as faturas de cobrança pelo Uso do Sistema de Distribuição (USD) e nas faturas de fornecedores de energia a fim de garantir que não haja pagamentos indevidos.
- 3.10.33.** Aferir os descontos na TUSD, associados aos contratos de fornecimento de energia incentivada, além da interação com fornecedores para ressarcimento nos casos em que ocorrer este desconto (redução do montante financeiro das atuais unidades livres e indicativo de propostas de soluções para melhoria dos resultados, incluindo a hipótese de retorno para o ambiente regulado).
- 3.10.34.** Assumir todos os riscos, custos, obrigações, responsabilidades, tributos, tarifas, encargos setoriais, encargos de transmissão, distribuição e perdas da rede básica porventura devidos e/ou verificados em face da disponibilização da ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA no centro de gravidade do submercado de entrega decorrentes das atividades de geração ou comercialização, previstos na legislação vigente.
- 3.10.35.** Realizar, mensalmente, a estimativa da fatura da Distribuidora de Energia Elétrica.
- 3.10.36.** Validar a fatura de vendedor de energia elétrica no ACL.
- 3.10.37.** Validar o reajuste de preços contratados de energia elétrica no ACL junto à CCEE.
- 3.10.38.** Assinar e protocolar o Contrato para Comercialização Varejista (CCV) junto à CCEE, conforme minuta anexa à resolução ANEEL nº 570/2013.
- 3.10.39.** Modelar as cargas no Sistema de Contabilização e Liquidação (CliqCCEE).
- 3.10.40.** Acompanhar e apresentar relatório mensal do registro de medição dos pontos de consumo do CONTRATANTE no SCDE – Sistema de Coleta de Dados de Energia Elétrica no ACL.

- 3.10.41.** Prestar suporte técnico (apenas) na contratação de adequação da infraestrutura do SMF visando à migração e denúncia dos contratos junto às Distribuidoras.
- 3.10.42.** Oferecer propostas para o tratamento de flexibilidade e sazonalização do portfólio de contratos.
- 3.10.43.** Entregar os serviços de acordo com as especificações fornecidas pelo CONTRATANTE, inclusive quanto às quantidades, nos prazos previstos em Contrato; responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida.
- 3.10.44.** Atender todas as demais condições fixadas neste Termo de Referência.

3.11 DO CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:

- 3.11.1.** Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes, aos termos do presente Instrumento, os fatos cujos efeitos não sejam possíveis evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, as obras/serviços contratados.
- 3.11.2.** A Parte afetada pela ocorrência de um Caso Fortuito ou de Força Maior deverá comunicar o fato à outra Parte num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data do evento, mediante notificação por escrito contendo descrição pormenorizada do Caso Fortuito ou de Força Maior, com informações que indiquem a sua natureza, em que medida ele compromete o cumprimento das obrigações da Parte afetada nos termos deste Contrato e a estimativa do período em que o Caso Fortuito ou de Força Maior a impedirá de cumprir com suas obrigações suspensas pelo referido evento.
- 3.11.3.** A suspensão das obrigações em decorrência de Caso Fortuito ou de Força Maior não terá o efeito de eximir a Parte afetada da obrigação de efetuar o pagamento de montantes devidos relativamente ao período anterior à ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior e/ou em relação à obrigação não afetada pelo Caso Fortuito ou de Força Maior.
- 3.11.4.** A Parte afetada pelo evento de Caso Fortuito ou Força Maior se compromete a adotar todas as medidas que estejam no seu alcance para superar os efeitos decorrentes do Caso Fortuito ou da Força Maior, que obstem o cumprimento de suas obrigações ou para mitigar a extensão desses efeitos com vistas ao cumprimento, ainda que parcial, das suas obrigações nos termos deste Contrato.
- 3.11.5.** Cessado o evento de Caso Fortuito ou Força Maior, a Parte afetada deverá comunicar o fato à outra Parte no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante notificação por escrito, e retomar imediatamente o cumprimento das suas obrigações nos termos deste Contrato.
- 3.11.6.** Para fins deste Contrato, em nenhuma circunstância, a ocorrência de quaisquer dos itens abaixo listados configurará um evento de Caso Fortuito ou Força Maior:

- 3.11.6.1** problemas e/ou dificuldades de ordem econômico-financeira de quaisquer das Partes;
- 3.11.6.2** qualquer ação de qualquer Autoridade Competente, que quaisquer das Partes pudesse ter evitado se tivesse cumprido com a Legislação;
- 3.11.6.3** insolvência, liquidação, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial; encerramento, término ou evento semelhante de quaisquer das Partes ou de suas Partes Relacionadas;
- 3.11.6.4** possibilidade de aquisição da Energia Contratada, pelo CONTRATANTE, de terceiros ou diretamente na CCEE a preços mais vantajosos do que o estabelecido neste Contrato;
- 3.11.6.5** a possibilidade de venda da Energia Contratada, pela CONTRATADA, à terceiros ou diretamente na CCEE a preços mais vantajosos do que o estabelecido neste Contrato;
- 3.11.6.6** perda de mercado do CONTRATANTE ou a impossibilidade desta de utilizar a Energia contratada;
- 3.11.6.7** greve e/ou interrupções trabalhistas ou medidas de efeito semelhante, de empregados e contratados de uma das Partes e/ou de suas contratadas;
- 3.11.6.8** a necessidade de realização de paradas nas instalações do CONTRATANTE, sejam elas previstas ou extraordinárias para manutenção e reparos;
- 3.11.6.9** eventuais falhas nas instalações de Distribuição da concessionária local, à qual esteja conectada o CONTRATANTE, que impeçam ou dificultem o consumo da Energia Contratada; e
- 3.11.6.10** variações no PLD ou qualquer tipo de alteração na sua metodologia de cálculo ou definição dos limites mínimo e máximo, bem como variações de preços no Mercado Livre ou mesmo no Mercado Cativo.

3.12 DO RACIONAMENTO E DA RACIONALIZAÇÃO:

- 3.12.1.** As responsabilidades contratuais na eventual vigência de Racionamento ou Racionalização, bem como de quaisquer outros incentivos ou determinações do Poder Público, que visem a redução do consumo de energia elétrica de caráter emergencial, serão regidas pela Legislação vigente e/ou pelas Regras de Comercialização que venham a ser definidas pela Autoridade Competente.
- 3.12.2.** Por se tratar de serviços essenciais, a redução que vier a ser adotada pela Legislação aplicável ao setor elétrico, relativa ao Submercado da Unidade Consumidora ou do Ponto de Entrega, durante o período em que perdurar o Racionamento ou Racionalização, só deverá ser aplicada se houver determinação legal para tanto. Caso a redução seja determinada, mas havendo

omissão da Autoridade Competente em definir as regras a serem aplicadas ao presente Contrato, bem como inexistindo disposição nas Regras de Comercialização a regular o tema, o presente Contrato sofrerá a redução que vier a ser adotada pela Legislação aplicável ao setor elétrico, relativa ao Submercado da Unidade Consumidora ou do Ponto de Entrega, durante o período em que perdurar o Racionamento ou Racionalização.

4 DO ORÇAMENTO:

- 4.1** Os recursos para dar cobertura à contratação decorrente desta licitação estão previstos na rubrica de despesa “81.105-0 – Despesas de Energia”, do Banco da Amazônia nos exercícios 2022 a 2025.

5 DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- 4.2** No julgamento das propostas será considerada vencedora a empresa que apresentar o menor preço, desde que atendidos os requisitos previstos no Edital.
- 4.3** As proponentes deverão apresentar seus preços de concorrência de acordo com a planilha de orçamentos do Anexo 1 deste Edital

6 DOS VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

- 4.4** Realizada pesquisa de preços entre empresas especializadas no assunto, conforme autos do processo em tela.

7 DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS:

Vide item 3.8.5.

8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 8.1** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo, o Banco poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações previstas no Edital e na minuta do contrato, aplicar as penalidades previstas nas Leis nº 13.330, 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005:

I – Advertência;

II – Multa;

III - Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Banco pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

- 8.1.1** A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

- a.** Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso no fornecimento da energia elétrica ou de descumprimento das demais cláusulas contratuais, de acordo com critérios de razoabilidade e proporcionalidade, até no máximo de 10% (dez por cento), calculados sobre o valor de cada item, parcela ou saldo do contrato em atraso, salvo condições especiais expressos no Contrato.

- 8.1.3** Caso seja observado a ocorrência do disposto nos itens acima, a empresa será penalizada com a glosa do pagamento devido no mês de ocorrência da falta, que será definida como “falta grave”;
- 8.2** O atraso na entrega dos serviços superior a 15 (quinze) dias consecutivos já poderá ensejar, a exclusivo critério do Banco, a rescisão do Contrato.
- 8.3** A rescisão do contrato provocada pela CONTRATADA implicará, de pleno direito, a cobrança pelo Banco de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total contratado.
- 8.4** Nenhuma penalidade será aplicada pelo Banco sem o devido processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 8.5** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança, facultada a defesa prévia, não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.
- 8.6** O valor das multas apurado, após o processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos ao Banco.
- 8.7** Inexistindo pagamento devido ao Banco, ou sendo este insuficiente, caberá à parte contrária efetuar o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data da comunicação de confirmação da multa, em depósito em conta corrente própria em nome do Banco.
- 8.8** Em não se realizando o pagamento nos termos definidos no **item 8.7**, far-se-á a sua cobrança judicialmente.
- 8.9** Ainda, a inexecução total ou parcial do contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Banco da Amazônia, além das sanções previstas em Lei, também as seguintes penalidades:
- 8.9.1** Advertência por escrito, a critério do Banco da Amazônia, quando a Contratada praticar irregularidades na entrega que não prejudiquem a aceitação do objeto no PC – Pedido de Compra.
- 8.9.2** No caso de rescisão do contrato em decorrência do seu descumprimento pela Contratada, será devido a esta, sem prejuízo de indenizações por danos causados, a diferença entre o preço contratado e o que o Banco da Amazônia vier a pagar a outro fornecedor.
- 8.9.3** Contra a aplicação das penalidades ao Banco da Amazônia formalizará a irregularidade à Contratada, de forma a possibilitar a defesa prévia da mesma, concedendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação da justificativa, a contar da notificação enviada via Correio Eletrônico ou Sedex, cabendo ao Banco da Amazônia a solução final e definitiva sobre a questão.

9 DAS RESCISÃO:

- 9.1** A rescisão do contrato poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- 9.1.1** Administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, em caso de inexecução injustificada do objeto, total ou parcial, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato;
 - 9.1.2** Amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do CONTRATANTE, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
 - 9.1.3** Judicialmente, nos termos da legislação.
- 9.2** Constituem motivos, dentre outros, para a rescisão contratual:
- 9.2.1** O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - 9.2.2** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
 - 9.2.3** atraso do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço no prazo estipulado;
 - 9.2.4** O atraso injustificado no início do serviço;
 - 9.2.5** A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
 - 9.2.6** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
 - 9.2.7** O desatendimento das determinações regulares do CONTRATANTE, decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;
 - 9.2.8** O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto;
 - 9.2.9** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - 9.2.10** A recuperação judicial, dissolução da sociedade, liquidação judicial ou extrajudicial ou o falecimento do contratado;
 - 9.2.11** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
 - 9.2.12** Razões de interesse do CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo a que se refere o contrato;
 - 9.2.13** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- 9.3** A rescisão também poderá ocorrer, quando a CONTRATADA:

- 9.3.1** Motivar a suspensão da execução do objeto por parte de autoridades competentes. Neste caso, a CONTRATADA responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que o CONTRATANTE, como consequência, venha a sofrer;
- 9.3.2** Deixar de comprovar os requisitos de habilitação, inclusive os que são avaliados nos documentos fiscais federais, o relativo aos débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho e o relativo ao FGTS dos seus empregados;
- 9.3.3** For responsável por operações em curso anormal junto a qualquer agência do CONTRATANTE, desde que o endividamento venha a comprometer a execução do Contrato;
- 9.3.4** Vier a ser declarada inidônea pela União;
- 9.3.5** Vier a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira; e
- 9.3.6** Utilizar em benefício próprio ou de terceiros informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais;
- 9.3.7** Praticar atos lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira;
- 9.3.8** For sancionada pela prática de ato tipificado no art. 5º, *caput* e incisos, da Lei nº 12.846, de 01.08.2013;
- 9.3.9** Atrasar a entrega dos relatórios por mais de 30 (trinta) dias corridos;
- 9.3.10** Vier a ficar inadimplente junto à CCEE;
- 9.3.11** Deixar de efetuar o registro e ou ajuste de quantidade de energia elétrica contratada, por meio do CliqCCEE, no prazo estabelecido nas regras e procedimentos de comercialização;
- 9.3.12** Estiver em processo de desligamento na CCEE.
- 9.4** Não obstante o caráter irrevogável e irretratável do CONTRATO, este poderá ser resolvido por comum acordo entre as PARTES, sem aplicação das penalidades estipuladas, desde que preservado o interesse público pelo CONTRATANTE na resolução contratual.
- 9.4.1** A rescisão deste CONTRATO, assim como a ausência de acordo tempestivo para a continuidade do suprimento, conforme o item 9, implicará a rescisão do CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA, devendo ser comunicada à CCEE nos prazos regulamentares.
- 9.4.2** Não obstante o caráter irrevogável e irretratável do CONTRATO, este poderá ser rescindido de pleno direito, mediante notificação escrita da PARTE interessada, com a aplicação das penalidades rescisórias definidas no item 8 deste Termo de Referência, a partir do conhecimento da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- 9.4.2.1** caso seja pedida ou decretada a falência, a dissolução, a liquidação ou a recuperação judicial ou extrajudicial da outra PARTE, independentemente de aviso ou notificação;
- 9.4.2.2** caso a PARTE dê causa e venha a ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas no CONTRATO;
- 9.4.2.3** caso o CONTRATANTE deixe de recompor o valor da garantia financeira no prazo 15 (quinze) dias contados da notificação da CONTRATADA à instituição bancária e/ou à CONTRATANTE;
- 9.4.2.4** caso o CONTRATANTE seja a PARTE inadimplente, após a CONTRATADA não ter conseguido executar a garantia de que trata o item 9 do Termo de Referência/Memorial Descritivo contido no Anexo I do respectivo edital de licitação que dá origem a este contrato;
- 9.4.2.5** caso a garantia financeira referida na o item 11 do Termo de Referência/Memorial Descritivo, não seja apresentada, após um prazo de 15 (quinze) dias da notificação da CONTRATADA instando o CONTRATANTE a fazê-lo;
- 9.4.2.6** caso a CONTRATADA não cumpra a garantia da continuidade do suprimento, nos termos do CONTRATO e da legislação vigente;
- 9.4.2.7** caso a outra PARTE deixe de cumprir qualquer de suas demais obrigações nos termos deste CONTRATO e não sane o inadimplemento em até 15 (quinze) dias contados do recebimento de aviso por escrito nesse sentido da PARTE adimplente.
- 9.4.2.8** A ocorrência da rescisão deverá ser formal e expressamente comunicada por escrito à CCEE e às entidades regulatórias competentes, sem prejuízo das obrigações estabelecidas anteriormente à rescisão e comunicação acima referidas, e sem qualquer ônus ou responsabilidade advindas deste ato.
- 9.4.2.9** Para a consecução do disposto no Item 9, as PARTES desde já concordam que a PARTE adimplente fica autorizada, a qualquer tempo, a requerer à CCEE o fim do CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA, mediante a apresentação à CCEE de cópia do CONTRATO, bem como da comunicação de rescisão entregue à PARTE inadimplente.

Parágrafo Único: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, observado o rito do Regulamento de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia.

- 9.5** As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra o CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.
- 9.6** A rescisão acarretará, de imediato a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

- 9.7** A ocorrência de rescisão deverá ser formal e expressamente comunicada pelo CONTRATANTE por escrito à CCEE e às entidades regulatórias competentes.

10 RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO

- 10.1** Na ocorrência de rescisão do CONTRATO, de acordo com o estabelecido no item 16 deste Termo de Referência, incorrerá a PARTE que der causa em multa rescisória correspondente a 30% (trinta por cento) do saldo remanescente do CONTRATO (“Saldo Remanescente”), além da obrigação de ressarcimento de perdas e danos.

- 10.2** O Saldo Remanescente será obtido pela multiplicação do volume de ENERGIA CONTRATADA, em megawatt-hora, para o prazo remanescente do PERÍODO DE SUPRIMENTO, conforme os montantes estabelecidos no ANEXO IV do respectivo edital de licitação que dá origem a este contrato, pelo PREÇO CONTRATUAL.

- 10.3** As perdas e danos serão calculadas de acordo com uma das seguintes fórmulas, conforme a rescisão seja causada pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA:

- (i) Se a rescisão do CONTRATO ocorrer por motivo imputável à CONTRATANTE, as perdas e danos por ela devidos serão dadas por:

$$\text{Perdas e Danos} = \text{Volume remanescente} \times \text{máximo} [PR_c - PR ; 0]$$

- (ii) Se a rescisão do CONTRATO ocorrer por motivo imputável à CONTRATADA, além de indenizar o CONTRATANTE por eventuais prejuízos sofridos pela exposição na CCEE, as perdas e danos por ela devidos serão dadas por:

$$\text{Perdas e Danos} = \text{Volume remanescente} \times \text{máximo} [PR_c - PC ; 0]$$

Para ambas as fórmulas dos acima, considera-se:

- a. “Volume remanescente” = volume de ENERGIA CONTRATADA, em megawatt-hora, para o prazo remanescente do PERÍODO DE SUPRIMENTO, conforme os montantes estabelecidos no ANEXO IV do respectivo edital de licitação que dá origem a este contrato;
- b. PR_c = PREÇO CONTRATUAL, em R\$/MWh conforme Anexo IV do respectivo edital de licitação que dá origem a este contrato;
- c. PR = preço de reposição, correspondente ao preço da ENERGIA, em R\$/MWh, a ser estabelecido em um novo contrato de compra e venda de energia que eventualmente venha a ser celebrado pela PARTE adimplente para reposição do CONTRATO, em quantidades e demais condições similares às deste; caso a PARTE adimplente não logre êxito na celebração de novo contrato em até 05 (cinco) dias contados da data de rescisão, o preço de reposição será determinado pela média de, no mínimo, 03 (três) ofertas recebidas pela PARTE adimplente de TERCEIROS de boa-fé, não pertencentes ao mesmo grupo econômico da PARTE adimplente, a preços compatíveis com os praticados à época pelo mercado e que garantam o suprimento de ENERGIA em quantidades e condições similares a este CONTRATO previstas para o prazo remanescente.

10.4 Na hipótese de rescisão do CONTRATO antes do início do PERÍODO DE SUPRIMENTO será considerado como prazo remanescente a totalidade do PERÍODO

DE SUPRIMENTO.

11 DA GARANTIA APRESENTADA PELO CONTRATANTE

11.1 Considerando pesquisa de Mercado realizada pelo HCPA, dados os riscos assumidos pelo Fornecedor de Energia na modalidade varejista, é de praxe no Mercado de Energia a exigência de Garantia do Comprador, de forma que, para não frustrar o Edital, tal condição está prevista em Contrato, conforme Cláusulas abaixo:

- a)** Para garantir o fiel cumprimento das obrigações previstas neste Contrato o CONTRATANTE deverá constituir garantia anual, em valor correspondente a 3 (três) vezes o faturamento médio mensal para o período de validade da garantia, o qual é obtido multiplicando-se por 3 (três) o produto da Energia Contratada média para o ano que está sendo garantido pelo Preço de Venda estimado para o mesmo período, acrescido do ICMS apenas quando este for destacado nas NF-e emitidas pela CONTRATADA.
- b)** A critério do CONTRATANTE, a garantia poderá ser apresentada por uma das seguintes formas: a) Caução em Dinheiro; b) Carta de Fiança Bancária, e, c) através de uma Apólice de Seguro Garantia, cujos modelos devem ser previamente enviados à CONTRATADA.
- c)** A Fiança Bancária será sempre emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central a funcionar no País, que tenha Patrimônio Líquido Mínimo de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).
- d)** A garantia deverá ser apresentada em até 15 (quinze) dias antes da data de início do Período de Suprimento, podendo ser substituída durante a vigência deste contrato. A apresentação da Garantia poderá ser postergada por até 30 (trinta) dias, sendo que neste período o registro da energia ocorrerá na Modalidade Registro Contra Pagamento, sendo que o pagamento deve ser feito impreterivelmente até o vencimento.
- e)** Sempre que a garantia for por Carta de Fiança Bancária, Caução ou apólice de seguro garantia e tiver sido executada, é responsabilidade da CONTRATANTE recompor o seu valor em até dez (dez) dias úteis a contar da data da execução, mediante aditamento da garantia em vigor ou emissão de nova garantia, de modo que o valor volte a corresponder ao valor definido no “caput” desta cláusula.
- f)** O não cumprimento por parte da CONTRATANTE de quaisquer de suas obrigações previstas nesta cláusula implica o envio por parte da CONTRATADA de notificação de inadimplemento, estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para a sanar a inadimplência. Transcorrido este prazo sem que a tenha sanado o inadimplemento, poderá a CONTRATADA rescindir este Contrato.

12 DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

12.1 A Fiscalização da entrega do material objeto da licitação será realizada pela GEREN/COPEN, Gerência Executiva de Engenharia do Banco da Amazônia, através de Fiscal de Contrato a ser definido pela Administração da Unidade.

8.1 O gerenciamento do cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência será realizado pela GEPAC/COGEC, Gerência Executiva de Patrimônio e Gestão de Contratos do Banco da Amazônia, através de Fiscal de Contrato a ser definido pela Administração da Unidade. A ausência ou omissão da fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas neste contrato.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039**-A****ANEXO I PLANILHA DE PREÇOS**

OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de Energia Elétrica Incentivada, na modalidade varejista, proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento das instalações do Edifício Sede do Banco da Amazônia S/A, na cidade de Belém-PA, pelo período de 45 (quarenta e cinco) meses conforme detalhado no Termo de Referência.

ORÇAM. : AQUISIÇÃO-ENERGIA-ACL-ED-SEDE

LOCAL : ED. SEDE DO BANCO - AV. PRES. VARGAS, 800, CAMPINA - BELÉM-PA, CEP: 66.017-000

PLANILHA DE COTAÇÃO				
<u>RESUMO</u>				
PERÍODO	QT UC	MWh	R\$/MWh	VALOR (R\$)
PERÍODO 1	1	2.903,04		R\$
PERÍODO 2	1	3.761,13		R\$
PERÍODO 3	1	3.761,13		R\$
PERÍODO 4	1	3.761,13		R\$
TOTAIS		14.186,43		R\$

OBS:

- 1) Os dados da tabela (distribuição da energia contratada) são referenciais.
- 2) Percentual de referência para redução na TUSD: mínimo de 50% e máximo 100% 3)
Valores médios obtidos através da pesquisa de mercado.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039

ANEXO I-A

PLANILHA DE PREÇOS E PERÍODOS

- 4) Fator de perdas: 3% (Constante Padrão).
- 5) Compensação financeira por flexibilidade:
- 5.1) Preço contratual da energia consumida mínima: PLD do mês abatido de R\$ 15,00/MWh.
- 5.2) Preço contratual da energia excedente: PLD do mês acrescido de R\$ 30,00/MWh.
- 5.3) Detalhamento dos Volumes

PLANILHA DE PREÇOS

PERÍODO 1

D A D O S 0 1	Compra de Energia para Atendimento da seguinte Unidade Consumidora Especial:				VALOR	
	ED. SEDE DO BANCO DA AMAZÔNIA					
	Período de suprimento		Energia Contratada (MWh)	Potência Associada (MW)	(R\$)	
	Início	Término				
	00:00 de 01/04/2023		24:00 de 31/12/2023	2.903,04	1,2	R\$
	Características da Energia Contratada					
	Tipo: Incentivada com desconto mínimo de 50% na TUSD					
	Limites Contratuais		Inferior	Superior		

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039

ANEXO I-A

Sazonalização	80%	120%
Flexibilidade Mensal	80%	120%
Modulação Horária	conforme perfil de consumo	
Ponto de Entrega	ED. SEDE DO BANCO DA AMAZÔNIA	

PERÍODO 2

D A D O S 0 2	Compra de Energia para Atendimento da seguinte Unidade Consumidora Especial:			VALOR	
	ED. SEDE DO BANCO DA AMAZÔNIA				
	Período de suprimento		Energia Contratada (MWh)		Potência Associada (MW)
	Início	Término			(R\$)
	00:00 de 01/01/2024	24:00 de 31/12/2024	3.761,13	1,2	R\$ 285,43
	Características da Energia Contratada				
	Tipo:		Incentivada com desconto mínimo de 50% na TUSD		
	Limites Contratuais		Inferior	Superior	
	Sazonalização		80%	120%	
	Flexibilidade Mensal		80%	120%	
Modulação Horária		conforme perfil de consumo			

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039**ANEXO I-A****PLANILHA DE PREÇOS E PERÍODOS**

	Ponto de Entrega	ED. SEDE DO BANCO DA AMAZÔNIA	

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039

ANEXO I-A

PLANILHA DE PREÇOS E PERÍODOS

PERÍODO 3

D A D O S 0 3	Compra de Energia para Atendimento da seguinte Unidade Consumidora Especial:				VALOR (R\$)
	ED. SEDE DO BANCO DA AMAZÔNIA				
	Período de suprimento		Energia Contratada (MWh)	Potência Associada (MW)	
	Início	Término			
	00:00 de 01/01/2025	24:00 de 31/12/2025	3.761,13	1,2	
	Características da Energia Contratada				R\$
	Tipo:		Incentivada com desconto de mínimo de 50% na TUSD		
	Limites Contratuais		Inferior	Superior	
	Sazonalização		80%	120%	
	Flexibilidade Mensal		80%	120%	
	Modulação Horária		conforme perfil de consumo		
	Ponto de Entrega		ED. SEDE DO BANCO DA AMAZÔNIA		

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039

ANEXO I-A

PLANILHA DE PREÇOS E PERÍODOS

PERÍODO 4

D A D O S 0 4	Compra de Energia para Atendimento da seguinte Unidade Consumidora Especial:			VALOR	
	ED. SEDE DO BANCO DA AMAZÔNIA				
	Período de suprimento		Energia Contratada (MWh)		Potência Associada (MW)
	Início	Término			
	00:00 de 01/01/2026	24:00 de 31/12/2026	3.761,13	1,2	R\$
	Características da Energia Contratada				
	Tipo:		Incentivada com desconto mínimo de 50% na TUSD		
	Limites Contratuais		Inferior	Superior	
	Sazonalização		80%	120%	
	Flexibilidade Mensal		80%	120%	
	Modulação Horária		conforme perfil de consumo		
	Ponto de Entrega		ED. SEDE DO BANCO DA AMAZÔNIA		

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039
ANEXO I

-B Declaração de Inexistência de Débito junto a CCEE

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS JUNTO À CCEE

PESSOA JURÍDICA

Referência: Pregão Eletrônico nº .XXXXX / 2021.

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no Decreto 5.163/2004 e da Resolução nº 570/2013 da ANEEL, que não possui débitos inadimplentes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE e, complementarmente, **anexa a certidão de regularidade junto à CCEE**.

LOCAL, DD/MM/AAAA (DATA)

ASSINATURA DE REPRESENTANTE LEGAL

Nome:

RG: CPF:

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039**ANEXO I****-C MINUTA DO INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO****OUTORGANTE:**

BANCO DA AMAZÔNIA.....

OUTORGADO:

XXX, agente comprador, com sede na xx, na cidade de...., inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx, através de seus representantes legais

PODERES ENQUANTO VIGENTE O CONTRATO:

- a) Solicitar informações perante a Distribuidora, **CCEE**, **ANEEL** e Comercializador de Energia para atendimento do escopo do Contrato, especialmente, para obtenção de informações e documentos em nome do outorgante;
- b) Obter todos os dados que forem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato; e
- c) Vedado substabelecimento.

Representante Legal Nome:**Cargo:****CPF: RG:****-D CONDIÇÕES****COMERCIAIS DO OBJETO**

CONDIÇÕES COMERCIAIS DO OBJETO				
				Item 1
Preço Contratual	Ano	Data Base	Indexador	Preço por MWh
	2023	XX/XXXX	IPCA	R\$
	2024			R\$
	2025			R\$
	2026			R\$
Energia Contratada				

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039

ANEXO I

Item 1				
	Início Suprimento	Fim do Suprimento	Quantidade em MW Médios	Quantidade em MWh
abr/23	01/04/2023	30/04/2023	0,40	286,89
mai/23	01/05/2023	31/05/2023	0,44	323,98
jun/23	01/06/2023	30/06/2023	0,44	317,82
jul/23	01/07/2023	31/07/2023	0,41	303,12
ago/23	01/08/2023	31/08/2023	0,44	327,74
set/23	01/09/2023	30/09/2023	0,48	342,18
out/23	01/10/2023	31/10/2023	0,46	343,08
nov/23	01/11/2023	30/11/2023	0,48	342,13
dez/23	01/12/2023	31/12/2023	0,42	316,10
jan/24	01/01/2024	31/01/2024	0,40	295,00
fev/24	01/02/2024	29/02/2024	0,42	285,40
mar/24	01/03/2024	31/03/2024	0,37	277,69
abr/24	01/04/2024	30/04/2024	0,40	286,89
mai/24	01/05/2024	31/05/2024	0,44	323,98
jun/24	01/06/2024	30/06/2024	0,44	317,82
jul/24	01/07/2024	31/07/2024	0,41	303,12
ago/24	01/08/2024	31/08/2024	0,44	327,74
set/24	01/09/2024	30/09/2024	0,48	342,18
out/24	01/10/2024	31/10/2024	0,46	343,08
nov/24	01/11/2024	30/11/2024	0,48	342,13
dez/24	01/12/2024	31/12/2024	0,42	316,10
jan/25	01/01/2025	31/01/2025	0,40	295,00
fev/25	01/02/2025	28/02/2025	0,42	285,40
mar/25	01/03/2025	31/03/2025	0,37	277,69
abr/25	01/04/2025	30/04/2025	0,40	286,89
mai/25	01/05/2025	31/05/2025	0,44	323,98
jun/25	01/06/2025	30/06/2025	0,44	317,82
jul/25	01/07/2025	31/07/2025	0,41	303,12
ago/25	01/08/2025	31/08/2025	0,44	327,74
set/25	01/09/2025	30/09/2025	0,48	342,18
out/25	01/10/2025	31/10/2025	0,46	343,08
nov/25	01/11/2025	30/11/2025	0,48	342,13
dez/25	01/12/2025	31/12/2025	0,42	316,10
jan/26	01/01/2026	31/01/2026	0,40	295,00
fev/26	01/02/2026	28/02/2026	0,42	285,40
mar/26	01/03/2026	31/03/2026	0,37	277,69
abr/26	01/04/2026	30/04/2026	0,40	286,89
mai/26	01/05/2026	31/05/2026	0,44	323,98
jun/26	01/06/2026	30/06/2026	0,44	317,82
jul/26	01/07/2026	31/07/2026	0,41	303,12
ago/26	01/08/2026	31/08/2026	0,44	327,74
set/26	01/09/2026	30/09/2026	0,48	342,18
out/26	01/10/2026	31/10/2026	0,46	343,08
nov/26	01/11/2026	30/11/2026	0,48	342,13
dez/26	01/12/2026	31/12/2026	0,42	316,10

TRATAMENTO SOBRAS E DÉFICITS				
	Item 1			
Preço Revenda	PLD+ R\$			
Preço Compra	PLD + R\$			
PARAMETROS FATURAMENTO				
	Item 1			
Flexibilidade Mensal	Período	Limite Mínimo	Limite Máximo	
	2023	-20%	20%	
	2024	-20%	20%	
	2025	-20%	20%	
	2026	-20%	20%	
Sazonalidade Anual	Período	Limite Mínimo	Limite Máximo	
	2023	-20%	20%	
	2024	-20%	20%	
	2025	-20%	20%	
	2026	-20%	20%	
Condições da Flexibilidade e Sazonalização	Será acrescida do Fator de Perdas e abatida a energia contratada no PROINFA para apuração da Energia Mensal Final Consumida.			
Perdas	3%			
Cota Proinfa	Aplicável			
Garantia	03 (três) meses de Faturamento			
Emissão NF	Até o 3º dia útil do mês subsequente			
Data de Pagamento	Até o 11º dia útil do mês subsequente			
	Caso a emissão atrase por responsabilidade da Vendedora, o prazo de pagamento será postergado pelo mesmo prazo, sem aplicação de multas.			
Unidades Consumidoras	BANCO DA AMAZONIA Tensão de Fornecimento: 13,8 Kv Demanda: 1.200 kW			

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039 ANEXO I-E

TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Este Termo de Compromisso é celebrado entre:

CONTRATANTE Banco da Amazônia, Endereço Avenida Presidente Vargas, 800, inscrito no CNPJ/MF 04.902.979/0001-44, neste ato representadas pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal do Contrato, abaixo assinado, e a CONTRATADA [RAZÃO SOCIAL DA CONTRADA], Endereço [ENDEREÇO DA CONTRATADA], inscrita no CNPJ/MF [CNPJ DA CONTRATADA], neste ato representadas por seus sócios-administradores, na forma de seu contrato social e pelo seu Preposto, todos abaixo assinados,

CONSIDERANDO QUE as Partes, por meio do Contrato [NÚMERO DO CONTRATO], estão estabelecendo uma relação de CONTRATANTE e CONTRATADA para a prestação de serviços especializados em [OBJETO DO CONTRATO], que para ser executada necessariamente inclui o acesso, o conhecimento e o tratamento de dados e informações corporativas da CONTRATANTE, o uso de equipamentos, de recursos computacionais e outros que envolvam a possibilidade de divulgação de informações restritas, de exclusivo interesse da CONTRATANTE, sob a posse, guarda e domínio da CONTRATADA;

CONSIDERANDO QUE a expressão “informações internas, restritas e/ou sigilosas” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.

CONSIDERANDO QUE as Partes podem divulgar entre si informações internas, restritas e/ou sigilosas, conforme definido abaixo neste instrumento, sobre aspectos de seus respectivos negócios;

CONSIDERANDO QUE as Partes desejam ajustar as condições de revelação das Informações internas, restritas e/ou sigilosas, bem como definir as regras relativas ao seu uso e proteção;

RESOLVEM as Partes celebrar o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, o qual se regerá pelas considerações acima, bem como, pelas considerações que forem pertinentes constantes na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

- a) Assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e legalidade das informações do BANCO DA AMAZÔNIA no desenvolvimento dos serviços prestados;
- b) Tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que forem fornecidas pelo BANCO DA AMAZÔNIA e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente e a NP Classificação e Tratamento da Informação;
- c) Manter as informações do BANCO DA AMAZÔNIA em segurança e sob sigilo, obrigando-se a tomar todas as medidas necessárias para impedir que sejam transferidas, reveladas, divulgadas ou utilizadas, sem autorização, a qualquer terceiro estranho a este Instrumento por si e por parte de seus Profissionais, ou utilizar de forma contrária ao aqui estabelecido;
- c) Não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito;

d) Não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo:

(i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo;

(ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito do BANCO DA AMAZÔNIA, salvo autorização da autoridade competente.

f) Quando as informações recebidas, criadas ou acessadas pelos profissionais da CONTRATADA, em razão dos serviços contratados, forem de uso exclusivo do BANCO DA AMAZÔNIA, importará no reconhecimento deste fato pela parte da CONTRATADA.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

[Local], XX de XX de XXXX.

CONTRATANTE _____	CONTRATADA _____
Nome Gestor do Contrato (GEPAC)	Nome Socio/Administrador
_____ Nome Fiscal do Contrato (GESTOR DE SERVIÇO)	_____ Preposto Nome

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039

ANEXO II MODELO DE CARTA-PROPOSTA

REF. Pregão Eletrônico Nº 2020/036

1. PROPONENTE

Razão Social:

Sede:

CNPJ/MF:

Telefone/fax:

Endereço completo: E-mail:

Representante legal:

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V. S^{as}. nossa proposta de preços relativa à licitação denominada **Pregão Eletrônico Nº XXXX/XX**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, declarando que temos pleno conhecimento das condições da contratação de empresa especializada para prestação de serviço objeto da licitação, através de contrato de natureza continua, nas condições, exigências, especificações técnicas e disposições previstas no Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos, que declaramos conhecer em todos os seus termos e a respeito dos quais não temos quaisquer dúvidas.

2. PROPOSTA DE PREÇOS:

Item	Descrição	Quantidade	Unid	Preço unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1					

Valor global: R\$ _____ (_____)

Nos preços mencionados estão inclusos todos os custos necessários para a execução dos serviços, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação.

Devido a constante similaridade entre as decisões dos órgãos de controle, solicitamos encaminhar juntamente a proposta uma planilha detalhando os custos que compõem os valores ofertados.

3. Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

(local e data)

(Assinatura do representante legal)

Observações:

- 1) Anexar a essa proposta, planilha de composição de custo e formação de preços detalhando a formação de preços.
- 2) Anexar a essa proposta toda a documentação prevista nas orientações.
- 3) O teor e a integridade dos documentos enviados digitalizados e dos natos digitais serão de responsabilidade da PROPONENTE. O BANCO DA AMAZÔNIA poderá exigir, a seu critério, a apresentação da versão impressa que originou o documento digitalizado.

ANEXO III

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E COMUNICAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE

Para fins de participação na licitação denominada **Pregão Eletrônico nº 2022/039**, a empresa (nome completo da licitante) ****, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.***.***/*-**, sediada em (endereço completo) ****, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexist(e)m fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

***** (**), ** de ***** de 2022

Nome e identificação do declarante

No caso de Microempresa ou Empresa de pequeno Porte, utilizar o texto abaixo:

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E COMUNICAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039
DE FATO SUPERVENIENTE - ME/EPP

Para fins de participação na licitação denominada **Pregão Eletrônico nº 2022/039**, a empresa (nome completo da licitante) *****, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **,***.***/*-**, sediada em (endereço completo) *****, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

***** (**), ** de ***** de 2022

Nome e identificação da declarante

Observação: em ambos os casos, a declaração deverá ser assinada por representante legal da licitante.

2022/039

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº**ANEXO IV****MINUTA DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

Para fins de participação na licitação denominada **Pregão Eletrônico nº 2022/039**, a empresa (nome completo da licitante) ***, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.***.***/*-**, sediada em (endereço completo) ***, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso) ***, na forma da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada Lei Complementar.

DECLARA, ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

***** (**), ** de ***** de 2022.

Nome e identificação da declarante

2022/039

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº.**ANEXO V****MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR****NO QUADRO DA EMPRESA**

(Decreto 4.358, de 05.09.2002)

Para fins de participação na licitação denominada **Pregão Eletrônico nº 2022/039**, a empresa (nome completo da licitante) *****, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.***.***/*-**, por intermédio do seu representante legal, Sr. (a) *****, portador (a) do RG nº *****-SSP/** e do CPF nº ***.***.***-**, DECLARA, para fins do disposto na Lei 13.303/2016, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27.10.1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

***** (**), ** de ***** de 2022.

Representante
legal da declarante

2022/039

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº.

ANEXO VI

MINUTA DA DECLARAÇÃO EXIGIDA NO SUBITEM 11.6.3.3 DO EDITAL

Para participar do **Pregão Eletrônico Nº 2022/039**, cujo objeto é a contratação de Empresa para fornecimento de Energia Elétrica Incentivada, na modalidade varejista, proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento das instalações do Edifício Sede do Banco da Amazônia S/A, na cidade de Belém-PA, pelo período de 45 (quarenta e cinco) meses conforme detalhado adiante, a empresa *** (razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.***.***.***/0001-**, sediada em *** (UF), na Rua (Avenida etc) ***, nº *** (endereço completo), por intermédio do seu representante legal, Sr. (a) ***, portador (a) do RG nº ***-SSP/** e do CPF/MF nº ***.***.***-**, abaixo assinado(a), **DECLARA**, sob as penas da lei, que não existe em seu quadro empregado do Banco da Amazônia S. A. como dirigente, acionista detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, representante comercial ou procurador.

***** (UF), ** de ***** de 2022

_____ assinatura
do(a) declarante

2022/039

2022/039

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº**ANEXO VII****MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO TEOR DO
DECRETO Nº 7.203, DE 04.06.2010**

Para participar do **Pregão Eletrônico Nº 2022/039**, cujo objeto é a contratação de Empresa para fornecimento de Energia Elétrica Incentivada, na modalidade varejista, proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento das instalações do Edifício Sede do Banco da Amazônia S/A, na cidade de Belém-PA, pelo período de 45 (quarenta e cinco) meses conforme detalhado adiante, a empresa *** (razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.***.***-0001-**, sediada em *** (UF), na Rua (Avenida etc) ***, nº *** (endereço completo), por intermédio do seu representante legal, Sr(a) ***, portador(a) do RG nº ***-SSP/** e do CPF/MF nº ***.***.***-**, abaixo assinado(a), **DECLARA** que:

- a) tem conhecimento do teor do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal; e
- b) em cumprimento ao citado decreto, não utilizará durante toda a vigência do contrato a ser firmado com o Banco da Amazônia S.A. mão de obra de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3º (terceiro) grau, de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança no contratante.

***** (UF), ***** de 2022

_____ assinatura
do(a) declarante

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº**ANEXO VIII****MINUTA DE DECLARAÇÃO CONFORME Art. 38 da Lei 13.303/2016****Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039**

****(nome completo da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ***, por intermédio do seu representante legal o Sr. ***, portado da Carteira de Identidade nº ***/***-** e do CPF/MF nº ***, DECLARA, nos termos do art. 38, da Lei nº 13.303/2016, sob as penas da lei que não existe em seu quadro administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado do Banco; que não se encontra suspensa pelo Banco; que não foi declarada inidônea pela União; que não é constituída por sócio de empresa que sofreu suspensão, impedimento ou tenha sido declarada inidônea; que o seu administrador não é sócio

2022/039

de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea; que não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; que o seu administrador não foi sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; que não tem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

DECLARA, ainda, que está ciente da vedação à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante; a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente do Banco da Amazônia; de empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; de autoridade do ente público a que o Banco da Amazônia mista esteja vinculado; e de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o Banco há menos de 6 (seis) meses.

***** (**), ** de ***** de 2022

Nome e identificação do declarante

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº ANEXO IX

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

(Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”)

Para participar do **Pregão Eletrônico Nº 2022/039**, cujo objeto é a contratação de Empresa para fornecimento de Energia Elétrica Incentivada, na modalidade varejista, proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento das instalações do Edifício Sede do Banco da Amazônia S/A, na cidade de Belém-PA, pelo período de 45 (quarenta e cinco) meses conforme detalhado adiante, a empresa *** (razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.***.***/0001-**, sediada em *** (UF), na Rua (Avenida etc) ***, nº *** (endereço completo), por intermédio do seu representante legal, Sr^(a) ***, portador(a) do RG nº ***-SSP/** e do CPF/MF nº ***.***.***-**, abaixo assinado(a), **DECLARA** que: **a)** tem conhecimento do teor Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, que dispõe sobre as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira; e **b)** se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência do contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente. Sem

2022/039

prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos no contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

- (i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e
- (ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

***** (UF), ***** de 2022

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
ANEXO X MINUTA DO INSTRUMENTO
CONTRATUAL**

Contrato nº 2022/***

**“MINUTA DO CONTRATO DE
FORNECIMENTO DE ENERGIA
ELÉTRICA INCENTIVADA DO
AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE
(ACL) ...”**

Por este instrumento particular de contrato, em que são partes, de um lado o Banco da Amazônia S.A., sociedade de economia mista, vinculado ao Governo Federal, com sede em Belém (PA), na Avenida Presidente Vargas, nº 800, Bairro Campina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.902.979/0001-44, representado neste ato por seu Diretor de ***, Sr.***, *** (nacionalidade), *** (estado civil), *** (profissão), portador do RG nº ***SSP/** e do CPF/MF nº ***.***.***-**, domiciliado e residente nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa ***, com sede em *** (UF), na Rua (Avenida, Quadra etc.) ***, nº ***, Bairro ***, CEP: nº ***-***, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.***.***-/0001-**, representada neste ato por seu *** (cargo), Sr^(a).*** (nome completo), *** (nacionalidade), *** (estado civil), *** (profissão), portador do RG nº ***/SSP-(UF) e do CPF/MF nº ***.***.***-**, doravante denominada **CONTRATADA**, por este instrumento e na melhor forma de direito, nos termos da decisão do Comitê de Administração da GEPAC do **CONTRATANTE**, datada de XX/XX/2022, ajustam o presente contrato, nos termos do Edital do **Pregão Eletrônico Nº 2022/039**, sujeitando, ainda, as partes às disposições da Lei nº 10.520, de 17.07.2002; dos Decretos nºs 3.555, 08.08.2000, 10.034,

2022/039

20.09.2019 e 8.538, de 06.10.2015; da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e a Lei 13.303/16, de 30.06.2016 e suas alterações, bem como ao **REGUMENTO** Interno de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia S/A.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui o objeto do presente a contratação de Empresa para fornecimento de Energia Elétrica Incentivada, na modalidade varejista, proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL), para suprimento das instalações do Edifício Sede do Banco da Amazônia S/A, na cidade de Belém-PA, pelo período de 45 (quarenta e cinco) meses conforme detalhado adiante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A energia deverá ser proveniente de fontes incentivadas com direito a redução de até 100% (cem por cento) nas tarifas de uso do sistema de distribuição (parcela TUSD - DEMANDA). A escolha da fonte incentivada 50%, deve-se ao fato, desta ser a fonte que apresenta o melhor resultado financeiro para o Banco.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Deverão ser inclusos na proposta os valores relativos à realização de reuniões (com empregados do BANCO DA AMAZONIA S/A, fornecedores, concessionárias, consultores, que o Banco entender por necessárias), apresentações, dentre outras atividades, tantas quantas forem julgadas necessárias à execução dos trabalhos, assim como fazer a modelagem na CCEE dentro do cronograma proposto.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os interessados deverão considerar na composição dos preços os custos inerentes a operação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, tais como: despesas mensais com encargo de energia de reserva - EER, encargo de segurança do sistema- ESS, taxa de mensalidade na CCEE, tributos, penalidade por insuficiência de lastro de potência, bem como os demais custos que compõe a operação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, assim como a Representação na CCEE pela CONTRATADA;

PARÁGRAFO QUARTO - O local da prestação de serviços será no endereço do Ed. Sede, situado na Av. Presidente Vargas, 800 - Campina, nesta cidade de Belém/PA, sendo o ponto de entrega de Energia O Submercado Norte.

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA - A data para o início do processo necessário para o início da operação no Ambiente de Contratação Livre, se dará a partir da Ordem de Serviço da representação na CCEE. O início do serviço de fornecimento da energia contratada será às 00:00 horas do dia 01/04/2023, com término às 24:00 horas do dia 31/12/2026.

- a) Vigência contratual: 60 (sessenta) meses.
- b) Prazo de execução: a partir da assinatura do contrato até 31/12/2026.
- c) Prazo de fornecimento: de 01/04/2023 a 31/12/2026.
- d) O instrumento contratual terá vigência de 60 meses, a partir da assinatura do contrato.
- e) O prazo de execução será de 01/04/2023 a 31/12/2026.
- f) O período de fornecimento de energia elétrica será de 45 meses.
- g) Algumas datas importantes:

- 01/09/2022 – limite para denúncia do contrato com a EQUATORIAL PARÁ;

DO ORÇAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA - Os recursos para dar cobertura à contratação decorrente desta licitação estão previstos na rubrica de despesa “81.105-0 – Despesas de Energia”, do Banco da Amazônia nos exercícios 2022 a 2025.

MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Será feita pelos meios de comunicação do **CONTRATANTE**, Internet, Intranet, correspondências formais e publicação nos meios de comunicação de acordo com a legislação vigente.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA QUINTA - O valor global deste Contrato é R\$ ****(***)** e o preço unitário é R\$ ***,** (***)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços estabelecidos nesta cláusula permanecerão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura do contrato.”

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preço indicado nesta Cláusula inclui todos os impostos, taxas, fretes, etc. que incidam sobre fornecimento do objeto.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA SEXTA – O reajuste será procedido para cada valor contratado (parcelas, garantia contratual, saldos de parcelas) aplicado às parcelas contratualmente vincendas e vencidas e representará a quantia que deverá ser acrescida ou deduzida daquelas importâncias em consequência da variação do índice de preços definido.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições gerais para reajustamento de preços são as disciplinadas no Regulamento de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia e Lei nº 13.303/2016, bem como na “Norma para Reajuste de Preços de Contratos”, contida no Decreto no 1.054, de 07.02.94, com as alterações introduzidas pelo Decreto no 1.110, de 13.04.94, valendo-se da fórmula prevista no “caput” do art. 5º daquele decreto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O índice de preços inicial (Io) será o do setor correspondente ao do mês da apresentação da PROPOSTA.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O reajuste de preços terá periodicidade anual, a contar da data limite para apresentação da proposta que deu origem ao contrato, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

PARÁGRAFO QUARTO - O disposto nesta cláusula não impede a eventual concessão de reequilíbrio contratual, na forma do § 6º do art. 81 da Lei 13.303/16.

DOS PAGAMENTOS

CLÁUSULA SÉTIMA - Os serviços serão executados e devidamente pagos, desde que estejam em conformidade com as condições do Termo de Referência e edital, considerando os valores da proposta comercial final da Contratada, de acordo com cada etapa do processo.

- a) O pagamento da energia elétrica consumida será realizado mensalmente em conformidade com a quantidade da energia mensal faturável, de acordo com o item 3.8.2 do ANEXO I, deste edital.

- b) A CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal referente a energia consumida de cada unidade consumidora até o 3º dia útil subsequente ao mês de suprimento.
- c) Parágrafo Primeiro - A nota fiscal/fatura deverá conter:
 - a) o número do Contrato, o objeto contratual e o mês do fornecimento/execução do objeto;
 - b) a agência e o número da conta corrente;
 - c) conter a identificação da(s) dependência(s)/Unidade(s) Consumidora(s) (prefixo, nome e endereço), assim como o(s) respectivo(s) valor(es) proporcional(is);
 - d) O CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante crédito em conta corrente, até o 11º dia útil do mês subsequente ao mês de suprimento.
- d) Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura, esta será devolvida à CONTRATADA em, no máximo, 3 (três) dias úteis a contar da apresentação, acompanhada das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções. Neste caso, o CONTRATANTE terá o prazo de até 3(três) dias úteis, a contar da data da reapresentação do documento, para efetuar o pagamento.
- e) Todos e quaisquer salários e tributos, sejam impostos, taxas ou contribuições civis e fiscais e/ou encargos trabalhistas, licenças, emolumentos, inclusive, mas sem se limitar a, ISSQN, COFINS e PIS, seguros, honorários, lucros, custos diretos e indiretos, despesas financeiras, operacionais e administrativas, mão-de-obra direta e indireta, serviços auxiliares, transportes, alimentação, viagens, hospedagens, materiais, componentes, ferramentas, equipamentos, despesas de telecomunicação, incidentes, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, e já estão incluídos no valor da contratação, pelo que nenhum outro pagamento, reembolso ou compensação, de qualquer natureza, será devido à CONTRATADA e/ou a eventuais subcontratados e fornecedores, em razão da execução dos serviços, além da remuneração prevista.
- f) Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura e/ou em qualquer documento necessário ao pagamento, ainda que tenha havido ACEITE do fornecimento, a documentação será devolvida à CONTRATADA, em no máximo 2 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação, acompanhada das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções.

DA GARANTIA CONTRATUAL

CLÁUSULA OITAVA – Considerando pesquisa de Mercado realizada pelo HCPA, dados os riscos assumidos pelo Fornecedor de Energia na modalidade varejista, é de praxe no Mercado de Energia a exigência de Garantia do Comprador, de forma que, para não frustrar o Edital, tal condição está prevista em Contrato, conforme Cláusulas abaixo:

- g) Para garantir o fiel cumprimento das obrigações previstas neste Contrato o CONTRATANTE deverá constituir garantia anual, em valor correspondente a 3 (três) vezes

o faturamento médio mensal para o período de validade da garantia, o qual é obtido multiplicando-se por 3 (três) o produto da Energia Contratada média para o ano que está sendo garantido pelo Preço de Venda estimado para o mesmo período, acrescido do ICMS apenas quando este for destacado nas NF-e emitidas pela CONTRATADA.

- h) A critério do CONTRATANTE, a garantia poderá ser apresentada por uma das seguintes formas: a) Caução em Dinheiro; b) Carta de Fiança Bancária, e, c) através de uma Apólice de Seguro Garantia, cujos modelos devem ser previamente enviados à CONTRATADA, e,
- i) A Fiança Bancária será sempre emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central a funcionar no País, que tenha Patrimônio Líquido Mínimo de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).
- j) A garantia deverá ser apresentada em até 15 (quinze) dias antes da data de início do Período de Suprimento, podendo ser substituída durante a vigência deste contrato. A apresentação da Garantia poderá ser postergada por até 30 (trinta) dias, sendo que neste período o registro da energia ocorrerá na Modalidade Registro Contra Pagamento, sendo que o pagamento deve ser feito impreterivelmente até o vencimento.
- k) Sempre que a garantia for por Carta de Fiança Bancária, Caução ou apólice de seguro garantia e tiver sido executada, é responsabilidade da CONTRATANTE recompor o seu valor em até dez (dez) dias úteis a contar da data da execução, mediante aditamento da garantia em vigor ou emissão de nova garantia, de modo que o valor volte a corresponder ao valor definido no “caput” desta cláusula.
- l) O não cumprimento por parte da CONTRATANTE de quaisquer de suas obrigações previstas nesta cláusula implica o envio por parte da CONTRATADA de notificação de inadimplemento, estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para a sanar a inadimplência. Transcorrido este prazo sem que a tenha sanado o inadimplemento, poderá a CONTRATADA rescindir este Contrato.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

CLÁUSULA NONA - A vigência do Contrato será de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA - São atribuições da **CONTRATADA**:

- a) A Contratada prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Banco da Amazônia, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
- b) A Contratada dará ciência imediata ao Banco da Amazônia, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- c) A Contratada reconhece ser a única e exclusiva responsável para os casos de:
 - i. Imperfeição, insegurança ou falta de solidez nos trabalhos executados; ii. Inobservância de leis, regulamentos ou postura;

- iii. Emprego de ferramentas e equipamentos inadequados, incluindo os de segurança individual;
 - iv. Inadimplência dos encargos trabalhistas, sociais e tributários.
- d) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, em ocorrência da espécie, em que forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificado o acidente em dependências do Banco da Amazônia, serão de sua total e exclusiva responsabilidade.
- e) As multas, indenizações ou despesas impostas ao Banco da Amazônia por autoridade competente, em decorrência do descumprimento, pela Contratada, deste Contrato, de Lei ou Regulamento aplicável à espécie, serão de sua total e exclusiva responsabilidade.
- f) O Banco da Amazônia não manterá qualquer vínculo empregatício com os funcionários da Contratada, compete a esta o cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos mesmos, quando em serviço, em qualquer das dependências do Banco da Amazônia.
- g) Contratada comprovará o lastro de energia disponível para atender a Contratante no Período de Fornecimento dos 6 (seis) primeiros meses do contrato, em até 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do presente Contrato.
- h) No mês subsequente a comprovação inicial, a Contratada obriga-se a comprovar o lastro de energia disponível os 6 (seis) meses seguintes, e assim sucessivamente a cada mês, de modo a manter sempre a comprovação para o período de 6 (seis) meses de fornecimento, até que se atinja o total de períodos de vigência do presente contrato;
- i) Prestar assessoria ao CONTRATANTE visando o cumprimento das regras e procedimentos de comercialização estipulados pela CCEE e órgãos reguladores do sistema elétrico brasileiro, bem como alertar mudanças que impactem o CONTRATANTE, informando imediatamente à Contratante sobre qualquer alteração na Legislação Aplicável no Ambiente de Contratação Livre (ACL), bem como a criação de novos tributos e/ou alteração e/ou extinção destes, além da criação e/ou extinção de Encargos Setoriais.
- j) Qualquer erro ou imperícia no fornecimento do insumo pela Contratada a obrigará à correção, por sua conta e risco.
- k) A Contratada deverá credenciar junto à Contratante um preposto responsável pelo acompanhamento integral do fornecimento do insumo durante toda a vigência do contrato, indicando o nome, documento de identidade, telefone e e-mail, para contato.
- l) Sempre que houver a necessidade de substituição do preposto responsável, a Contratante deverá ser imediatamente comunicada.
- m) A Contratada prestará todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender pronta e irrestritamente.
- n) A existência de divergências entre a Contratada e Contratante não deverá, em nenhuma hipótese, justificar a paralisação do fornecimento do insumo pela Contratada.

- o)** Atuar como agente comercializador, na modalidade varejista, no ambiente de contratação livre.
 - p)** Adquirir energia elétrica de outros produtores ou do parque próprio de geração em operação comercial da CONTRATADA ou do grupo econômico para entrega no centro de gravidade do submercado de entrega do CONTRATANTE, conforme indicado no Anexo I.
 - q)** Representar o CONTRATANTE perante as distribuidoras/concessionárias de energia nos assuntos relacionados ao cumprimento do objeto contratual.
 - r)** Ser o AGENTE REPRESENTANTE na CCEE.
 - s)** Acompanhar e apresentar relatório mensal do registro de medição dos pontos de consumo do CONTRATANTE no SCDE – Sistema de Coleta de Dados de Energia Elétrica no ACL.
 - t)** Prestar suporte técnico na contratação de adequação da infraestrutura do SMF visando à migração e denúncia dos contratos junto às Distribuidoras.
 - u)** Disponibilizar boletins informativos sobre o mercado de energia elétrica
- Enviar, anualmente, as informações e quantidades devidas do contrato de PROINFA.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O CONTRATANTE, no que lhe conferir, permitirá amplo acesso às suas instalações aos representantes da CONTRATADA, da CCEE, da ANEEL e/ou qualquer terceiro por estes indicados, com vistas a assegurar que as medições efetuadas, reflitam com precisão o fornecimento da energia consumida, bem como estejam em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis.

- a)** Transmitir a DEVEC à Secretaria de Fazenda.
- b)** Assinar Contrato para Comercialização Varejista (CCV) junto à CCEE, conforme minuta anexa à resolução ANEEL nº 570/2013.
- c)** Atender os requisitos exigidos pela Distribuidora para adequação do sistema de medição de faturamento - SFM das unidades consumidoras.
- d)** Providenciar as adequações no Sistema de medição de faturamento, conforme legislação vigente.
- e)** Rejeitar, no todo ou em parte, a solução entregue pela Contratada fora das especificações deste Termo.
- f)** Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento e instalação dos equipamentos.

- g)** Fiscalizar, podendo sustar, recusar, solicitar fazer ou desfazer qualquer entrega ou serviços que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- h)** Emitir, por intermédio da área técnica, relatórios sobre os atos relativos a execução do contrato que vier a ser firmado, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, a exigência de condições estabelecidas e proposta de aplicação de sanções.
- i)** Caberá à Contratante manter vigente, durante o período de vigência do presente instrumento, os Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e de Uso do Sistema Elétrico de Distribuição com a Concessionária outorgada pela ANEEL para a distribuição local.
- j)** Caberá à Contratante os encargos relativos ao Uso do Sistema de Transmissão e de Distribuição e os custos de Conexão ao Sistema de Transmissão e de Distribuição, decorrentes de contratos específicos firmados entre a Contratante e a Concessionária de Distribuição local.
- k)** Atender ao disposto no item 6 deste caderno.
- l)** Contra a aplicação das penalidades ao Banco da Amazônia formalizará a irregularidade à Contratada, de forma a possibilitar a defesa prévia da mesma, concedendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação da justificativa, a contar da notificação enviada via Correio Eletrônico ou Sedex, cabendo ao Banco da Amazônia a solução final e definitiva sobre a questão.
- m)** Para garantir o fiel cumprimento das obrigações previstas neste termo, a contratante constituirá garantia anual, mediante fiança bancária, em valor correspondente a 3 (três) vezes o faturamento médio mensal para o período de validade da garantia, o qual é obtido multiplicando-se por 3 (três) o produto da Energia Contratada média mensal para o período que está sendo garantido pelo Preço de Venda estimado do período.
- n)** A primeira garantia será apresentada até 20 (vinte) dias do início do primeiro período e cada uma das demais garantias deverão ser apresentadas em até 10 (dez) dias antes de data de início de cada ano-calendário de suprimento.
- o)** Outorgar à CONTRATADA, quando solicitada por esta, procuração específica, conforme anexo III, a fim de que esta possa representá-la perante a concessionária e/ou distribuidora de energia elétrica, geradores e demais órgãos competentes, com exclusividade, visando, única e exclusivamente, a consecução do objeto do contrato.
- p)** O CONTRATANTE deverá informar a CONTRATADA, até o dia 30 de novembro de cada ano, a sazonalização para o ano subsequente, observados os limites de sazonalização estabelecidos no anexo I-A e 1D. A sazonalização deverá preservar a quantidade de energia contratada anual, de cada período de fornecimento.
- q)** Caso o CONTRATANTE não informe tempestivamente essa distribuição mensal, a energia elétrica contratada anual será distribuída proporcionalmente ao número de horas de cada mês (FLAT).
- r)** Comunicar, por escrito, à CONTRATADA com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, toda e qualquer mudança em suas instalações, procedimentos ou processos que implique em alteração do perfil de consumo.

- s) Assumir todos os riscos, custos, obrigações, responsabilidades, tributos, tarifas, encargos setoriais, encargos de transmissão, distribuição e conexão e Perdas da Rede Básica porventura devidos e/ou verificados após a disponibilização da Energia Elétrica Contratada – EC no Centro de Gravidade do Submercado de Entrega.
- t) Ainda, o BANCO DA AMAZONIA S/A se compromete a disponibilizar as informações necessárias da Unidade a ser migrada para o ACL, assim como garantir liberação de acesso das equipes da contratada às unidades/dependências do BANCO DA AMAZONIA S/A, assim como:
 - aa) Exercer a fiscalização dos serviços por empregados especialmente designados, na forma prevista na Lei n. 13.303/2016.
 - bb) Notificar formalmente a Contratada acerca de falhas ou irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-las.
 - cc) Notificar, por escrito, a CONTRATADA, informando-lhe a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.
 - dd) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.
- u) Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do Contrato.
- v) Rejeitar, no todo ou em parte, a execução que esteja em desacordo com as exigências deste Termo de Referência, da Carta Consulta e do Contrato.

DA HABILITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A **CONTRATADA** também se obriga a manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital **Pregão Eletrônico Nº 2022/039**, inclusive a condição de não empregar menor, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze anos). Assume, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, bem como por ocasião de cada pagamento, os seguintes comprovantes atualizados:

- I) de regularidade para com a **Fazenda Federal** do seu domicílio ou sede, compreendendo a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos a tributos e à dívida ativa, inclusive contribuições previdenciárias e sociais;
- II) A regularidade fiscal da Fazenda Estadual e Municipal;
- III) de regularidade perante o **FGTS**, mediante a apresentação do respectivo certificado; e
- IV) de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**).

PARÁGRAFO ÚNICO - A não-apresentação dos comprovantes citados no *caput* desta **CLÁUSULA** poderá ensejar, a critério do **CONTRATANTE**, a rescisão deste Contrato, sem que caiba à **CONTRATADA** o direito a qualquer indenização.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo, o Banco poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações previstas no Edital e na minuta do contrato, aplicar as penalidades previstas nas Leis nº 13.330, 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005:

- I** – Advertência;
- II** – Multa;
- III** - Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Banco pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

- I)** Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso no fornecimento da energia elétrica ou de descumprimento das demais cláusulas contratuais, de acordo com critérios de razoabilidade e proporcionalidade, até no máximo de 10% (dez por cento), calculados sobre o valor de cada item, parcela ou saldo do contrato em atraso, salvo condições especiais expressos no Contrato.
- II)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da contratação, pela inexecução total do ajuste;
- III)** Multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), calculado sobre o valor da respectiva fatura inadimplida, quando houver atraso na entrega dos serviços enquanto perdurar o inadimplemento;
- IV)** Multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas seguintes situações:

i. Inexecução total ou parcial do contrato; **ii.**

Apresentação de documentos falsos ou falsificados;

iii. Reincidência de execução insatisfatória do contrato;

iv. Atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços ou do fornecimento;

v. Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa; **vi.**

Irregularidades que ensejem a rescisão contratual;

vii. Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; **viii.** Prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do contrato;

ix. Prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o Banco da Amazônia S/A.;

- x.** Inadimplemento, por parte da CONTRATADA, de obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas aos seus empregados;
 - xi.** Descumprimento das obrigações deste Contrato, especialmente aquelas relativas às características dos serviços, previstas no Documento nº 1 deste Contrato
 - xii.** Em caso de reincidência, o valor da multa estipulada no parágrafo anterior desta cláusula será elevado em 1% (um por cento) a cada reincidência, até o limite de 20% (trinta por cento) do valor do contrato.
 - xiii.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.
 - xiv.** As multas de mora e demais multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o total das multas limitados ao valor global atualizado deste instrumento.
- b.** A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.
 - c.** A CONTRATADA desde logo autoriza o CONTRATANTE a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.
- V)** Ocorrências distintas, porém, simultâneas, implicam em aplicação de multas acumulativas.
 - VI)** Caso seja observado a ocorrência do disposto nos itens acima, a empresa será penalizada com a glosa do pagamento devido no mês de ocorrência da falta, que será definida como “falta grave”;
 - VII)** O atraso na entrega dos serviços superior a 15 (quinze) dias consecutivos já poderá ensejar, a exclusivo critério do Banco, a rescisão do Contrato.
 - VIII)** A rescisão do contrato provocada pela CONTRATADA implicará, de pleno direito, a cobrança pelo Banco de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total contratado.
 - IX)** Nenhuma penalidade será aplicada pelo Banco sem o devido processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
 - X)** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança, facultada a defesa prévia, não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.
 - XI)** O valor das multas apurado, após o processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos ao Banco.
 - XII)** Inexistindo pagamento devido ao Banco, ou sendo este insuficiente, caberá à parte contrária efetuar o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias

consecutivos, contados da data da comunicação de confirmação da multa, em depósito em conta corrente própria em nome do Banco.

- XIII)** Em não se realizando o pagamento nos termos definidos no **item 8.7**, far-se-á a sua cobrança judicialmente.
- XIV)** Ainda, a inexecução total ou parcial do contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Banco da Amazônia, além das sanções previstas em Lei, também as seguintes penalidades:
- a)** Advertência por escrito, a critério do Banco da Amazônia, quando a Contratada praticar irregularidades na entrega que não prejudiquem a aceitação do objeto no PC – Pedido de Compra.
 - b)** No caso de rescisão do contrato em decorrência do seu descumprimento pela Contratada, será devido a esta, sem prejuízo de indenizações por danos causados, a diferença entre o preço contratado e o que o Banco da Amazônia vier a pagar a outro fornecedor.
 - c)** Contra a aplicação das penalidades ao Banco da Amazônia formalizará a irregularidade à Contratada, de forma a possibilitar a defesa prévia da mesma, concedendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação da justificativa, a contar da notificação enviada via Correio Eletrônico ou Sedex, cabendo ao Banco da Amazônia a solução final e definitiva sobre a questão.

DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A rescisão deste contrato poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- I)** A rescisão deste contrato poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:
- a)** Administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, em caso de inexecução injustificada do objeto, total ou parcial, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato;
 - b)** Amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do CONTRATANTE, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
 - c)** Judicialmente, nos termos da legislação.
- II)** Constituem motivos, dentre outros, para a rescisão contratual:
- a)** O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - b)** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
 - c)** O atraso do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço no prazo estipulado;
 - d)** O atraso injustificado no início do serviço;

- e)** A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- f)** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- g)** O desatendimento das determinações regulares do CONTRATANTE, decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;
- h)** O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto;
- i)** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j)** A recuperação judicial, dissolução da sociedade, liquidação judicial ou extrajudicial ou o falecimento do contratado;
- k)** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l)** Razões de interesse do CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo a que se refere o contrato;
- m)** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

III) A rescisão também poderá ocorrer, quando a CONTRATADA:

- a)** Motivar a suspensão da execução do objeto por parte de autoridades competentes. Neste caso, a CONTRATADA responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que o CONTRATANTE, como consequência, venha a sofrer;
- b)** Deixar de comprovar os requisitos de habilitação, inclusive os que são avaliados nos documentos fiscais federais, o relativo aos débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho e o relativo ao FGTS dos seus empregados;
- c)** For responsável por operações em curso anormal junto a qualquer agência do CONTRATANTE, desde que o endividamento venha a comprometer a execução do Contrato;
- d)** Vier a ser declarada inidônea pela União;
- e)** Vier a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira; e
- f)** Utilizar em benefício próprio ou de terceiros informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais;
- g)** Praticar atos lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira;
- h)** For sancionada pela prática de ato tipificado no art. 5º, *caput* e incisos, da Lei nº 12.846, de 01.08.2013;
- i)** Atrasar a entrega dos relatórios por mais de 30 (trinta) dias corridos;

- j) Vier a ficar inadimplente junto à CCEE;
- k) Deixar de efetuar o registro e ou ajuste de quantidade de energia elétrica contratada, por meio do CliqCCEE, no prazo estabelecido nas regras e procedimentos de comercialização;
- l) Estiver em processo de desligamento na CCEE.
- m) Não obstante o caráter irrevogável e irretratável do CONTRATO, este poderá ser resolvido por comum acordo entre as PARTES, sem aplicação das penalidades estipuladas, desde que preservado o interesse público pelo CONTRATANTE na resolução contratual.
- n) A rescisão deste CONTRATO, assim como a ausência de acordo tempestivo para a continuidade do suprimento, conforme o item 9, implicará a rescisão do CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA, devendo ser comunicada à CCEE nos prazos regulamentares.
- o) Não obstante o caráter irrevogável e irretratável do CONTRATO, este poderá ser rescindido de pleno direito, mediante notificação escrita da PARTE interessada, com a aplicação das penalidades rescisórias definidas no item 8 deste Termo de Referência, a partir do conhecimento da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:
 - aa) caso seja pedida ou decretada a falência, a dissolução, a liquidação ou a recuperação judicial ou extrajudicial da outra PARTE, independentemente de aviso ou notificação;
 - bb) caso a PARTE dê causa e venha a ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas no CONTRATO;
 - cc) caso o CONTRATANTE deixe de recompor o valor da garantia financeira no prazo 15 (quinze) dias contados da notificação da CONTRATADA à instituição bancária e/ou à CONTRATANTE;
 - dd) caso o CONTRATANTE seja a PARTE inadimplente, após a CONTRATADA não ter conseguido executar a garantia de que trata o item 9 do Termo de Referência/Memorial Descritivo contido no Anexo I do respectivo edital de licitação que dá origem a este contrato;
 - ee) caso a garantia financeira referida na o item 11 do Termo de Referência/Memorial Descritivo, não seja apresentada, após um prazo de 15 (quinze) dias da notificação da CONTRATADA instando o CONTRATANTE a fazê-lo;
 - ff) caso a CONTRATADA não cumpra a garantia da continuidade do suprimento, nos termos do CONTRATO e da legislação vigente;
 - gg) caso a outra PARTE deixe de cumprir qualquer de suas demais obrigações nos termos deste CONTRATO e não sane o inadimplemento em até 15 (quinze) dias contados do recebimento de aviso por escrito nesse sentido da PARTE adimplente.
 - hh) A ocorrência da rescisão deverá ser formal e expressamente comunicada por escrito à CCEE e às entidades regulatórias competentes, sem prejuízo das obrigações

estabelecidas anteriormente à rescisão e comunicação acima referidas, e sem qualquer ônus ou responsabilidade advindas deste ato.

- ii) Para a consecução do disposto no Item 9, as PARTES desde já concordam que a PARTE adimplente fica autorizada, a qualquer tempo, a requerer à CCEE o fim do CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA, mediante a apresentação à CCEE de cópia do CONTRATO, bem como da comunicação de rescisão entregue à PARTE inadimplente.

Parágrafo Único: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, observado o rito do Regulamento de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia.

- jj) As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra o CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.
- kk) A rescisão acarretará, de imediato a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.
- ll) A ocorrência de rescisão deverá ser formal e expressamente comunicada pelo CONTRATANTE por escrito à CCEE e às entidades regulatórias competentes.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - Os contratos regidos por Lei 13.303/16, somente poderão ser alterados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

DA MATRIZ DE RISCO

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - A Matriz de Riscos consiste no documento que descrimina de forma clara e objetiva os riscos assumidos por cada uma das partes na celebração deste contrato e está disposto no **ANEXO XI** do Edital do **Pregão Eletrônico Nº 2022/039** e fará parte deste contrato como anexo.

DAS VEDAÇÕES

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - É vedado à **CONTRATADA**, salvo se estiver expressamente autorizada pelo **CONTRATANTE**:

- I) subcontratar terceiros para prestar os serviços objeto deste Contrato;
- II) veicular publicidade que tenha como apelo mercadológico o fato de ter prestado ou estar prestando serviços ao **CONTRATANTE**, ou qualquer outra informação acerca das atividades e programas do **CONTRATANTE**;
- III) utilizar o presente Contrato como garantia perante terceiros ou cessão dos direitos creditícios em operações de desconto bancário;
- IV) usar, copiar, duplicar ou de alguma outra forma reproduzir ou reter quaisquer informações do **CONTRATANTE**;
- V) Nos termos do **Art.7º do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010**, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal, também é vedado à **CONTRATADA**

utilizar, durante toda a vigência deste Contrato, mão de obra de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3º (terceiro) grau, de empregado do **CONTRATANTE** que exerça cargo em comissão ou função de confiança.

VI)A CONTRATADA, por meio do seu representante legal, deve declarar em papel timbrado da empresa, na forma da modelo constante do **ANEXO VI** do Edital do **Pregão Eletrônico Nº 2022/039**, que tem conhecimento do teor do citado Decreto e que não utilizará na prestação dos serviços contratados mão de obra enquadrada na vedação.

DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - O **CONTRATANTE** providenciará os seguintes responsáveis pelo acompanhamento da execução do Contrato:

- I)** A Fiscalização da entrega do material objeto da licitação será realizada pela GEREN/COPEN, Gerência Executiva de Engenharia do Banco da Amazônia, através de Fiscal de Contrato a ser definido pela Administração da Unidade.
- II)** O gerenciamento do cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência será realizado pela GEPAC/COGEC, Gerência Executiva de Patrimônio e Gestão de Contratos do Banco da Amazônia, através de Fiscal de Contrato a ser definido pela Administração da Unidade.
- III)** A ausência ou omissão da fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas neste contrato.

DA INTEGRIDADE, DA CONDUTA ÉTICA E DOS PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 e a Lei Anticorrupção - Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 e seus regulamentos e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste Contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

- I)** Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- II)** Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;

III) Respeitar e exigir que seus empregados respeitem, no que couber, os princípios éticos e os compromissos de conduta definidos no Código de Conduta Ética do **BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**, cujo teor poderá ser acessado no site:

<https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/component/edocman/codigo-etica>

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A comprovada violação de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/13 não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos ilícitos.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Fica eleito o Foro da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui fixadas, firmam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, que declaram conhecer seu inteiro teor.

Belém (PA), **.**.2022

BANCO DA AMAZONIA S.A.

_____ CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____
Nome, RG e CPF/MF

2) _____
Nome, RG e CPF/MF

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/039 ANEXO XI

MATRIZ DE RISCOS

Categoria	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
	Fatores de força maior ou modificação do escopo pelo Banco	Aumento do custo	Revisão do preço c/aprovação da Diretoria	Banco
Risco da atividade empresarial	Alteração de enquadramento tributário ou mudança de atividade empresarial	Aumento ou redução do lucro da empresa	Planejamento tributário	Contratada
	Elevação dos preços de mercado de serviços de suporte técnico e licenças de uso	Pedido de repactuação acima da inflação	Negociação	Banco
	Aumento dos custos da mão de obra por dissídio da categoria	Aumento do preço do ponto de função	Negociação	Banco
	Aumento dos custos operacionais	Aumento dos preços do contrato	Planejamento e Negociação	Banco e Contratada
Riscos trabalhistas e previdenciários	Falta de pagamento de salários, falta de recolhimento de contribuições ao INSS, FGTS, etc.	Contratante considerado como corresponsável.	Fiscalização junto à Contratada	Banco
Risco tributário e fiscal (não tributário)	Recolhimento indevido ou falta de recolhimento	Débito ou crédito tributário	Ressarcimento pela empresa ou retenção de pagamentos até o limite pago pelo Banco.	Contratada.
Risco Operacional	Substituição de empregados da equipe sem anuência do Banco	Retardamento nos prazos de entrega e baixa qualidade dos entregáveis	Fiscalização	Contratada.
	Ausência de preposto	Dificuldades no tratamento sobre a execução do contrato.	Fiscalização	Contratada.
	Não realização de reunião formal de iniciação contratual.	Não entrega de documentos exigidos no contrato, tais como cronogramas, apresentação da equipe, etc.	Fiscalização	Banco e Contratada.
	Rotatividade de mão de obra.	Descumprimento de prazos, atrasos na execução do contrato.	Fiscalização e Reunião c/preposto.	Banco
	Desatenção ao Termo de responsabilidade/segurança da informação	Descumprimento de normativos	Fiscalização e Reunião c/preposto	Contratada
	Pagamentos indevidos (a maior)	Influência no resultado operacional do Banco	Ressarcimento do Banco.	Banco
Riscos Internos	Não aplicação de multas e glosas	Perdas financeiras	Ressarcimento do Banco.	Banco
	Ausência de notificações ao fornecedor	Impedimento para abertura de processo administrativo tempestivo	Gestão e Fiscalização	Banco
	Ausência de livro de ocorrências	Falta de evidências de acompanhamento contratual	Gestão e Fiscalização	Banco
	Ausência de nomeação de fiscal	Descumprimento de normativos internos	Gestão e Fiscalização	Banco